

# SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04

## Relatório da Administração

**Senhores Acionistas,**  
Submetemos à apreciação de V.sas. o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Santos Brasil Participações S.A. relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

### Perfil Corporativo

Maior operadora de contêineres do Brasil, a Santos Brasil está presente em três portos brasileiros e atende a todas as etapas da cadeia logística. A Companhia destaca-se por uma gestão responsável que alia alto desempenho operacional e financeiro com preservação ambiental e responsabilidade social. Esse modelo vem garantindo um crescimento contínuo e sustentável.

A Companhia iniciou suas atividades em 1997 com a finalidade de participar do leilão do arrendamento do Terminal de Contêineres de Santos, o Tecon Santos. Desde que assumiu as operações deste que atualmente é o maior terminal de contêineres da América do Sul já investiu cerca de R\$ 2,8 bilhões, calculado a valor presente, em aquisições, expansão de suas atividades, melhorias e novos equipamentos.

O rápido crescimento do comércio exterior do Brasil na última década gerou uma enorme demanda por logística internacional, uma área que requer investimentos tanto em infraestrutura quanto tecnologia da informação e gestão empresarial.

Com o objetivo constante de oferecer o mais sofisticado e eficiente serviço de logística portuária, a Companhia é uma das empresas de maior destaque do setor. Ao longo dos anos consolidou sua posição de liderança, procurando sempre anteciper-se às demandas do mercado, respaldada por uma marca forte, reconhecida como referência em qualidade, segurança e produtividade.

No Tecon Santos, investiu na expansão do cais de atracação, equipamentos, expansão da retroárea para armazenagem de carga, tecnologia da informação e qualificação de mão de obra. Nos demais terminais de contêineres, em Imbituba e Vila do Conde, replica sua estratégia de sucesso e realiza os investimentos necessários para oferecer condições operacionais semelhantes às encontradas no Tecon Santos.

Desta forma, sempre acreditando no potencial de seus terminais, é responsável por cerca de 20% dos contêineres de exportação e de importação movimentados no Brasil e aproximadamente 7% dos contêineres movimentados na América do Sul e Caribe, de acordo com a *Drewry Shipping Consultants*.

Utilizando-se das sinergias e complementaridade entre os negócios, desde 2008 conta com seu braço logístico a Santos Brasil Logística, para atuar além do porto e oferecer soluções logísticas sofisticadas e customizadas aos seus clientes, da movimentação portuária à armazenagem, transporte e distribuição. Atualmente a Companhia está presente nos seguintes segmentos de negócio:

Terminais de Contêineres - operação portuária com cais e retroárea para movimentação de contêineres. São três unidades de negócio operadas pela Companhia: Tecon Santos (Santos-SP); Tecon Imbituba (Imbituba-SC) e Tecon Vila do Conde (Barracena - PA);

Logística Portuária - tem como atividade principal a logística portuária de contêineres, fora dos limites portuários. Nesse contexto estão inseridas as atividades da Santos Brasil Logística, que atualmente conta com dois Terminais Retroportuários no Porto de Santos e dois Centros de Distribuição na região metropolitana de São Paulo;

Terminal de Veículos - operação portuária e retroárea para movimentação de máquinas e veículos de grande, médio e pequeno porte. Atuação por meio da subsidiária Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A. (Santos-SP).

### Desempenho Operacional

#### INDICADORES OPERACIONAIS

(unidades)	2010	2009	Var. (%)
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>			
<b>Operações de cais</b>	<b>938.924</b>	<b>721.386</b>	<b>30,2%</b>
Contêineres Cheios	742.677	561.783	32,2%
Contêineres Vazios	196.247	159.603	23,0%
<b>Operações de Armazenagem</b>	<b>182.900</b>	<b>119.454</b>	<b>53,1%</b>
<b>LOGÍSTICA</b>			
Operações de armazenagem	61.832	48.526	27,4%
<b>TERMINAL DE VEÍCULOS</b>			
Veículos movimentados	154.211	89.375	72,5%

#### TERMINAIS PORTUÁRIOS

A contínua recuperação do comércio mundial e a forte demanda doméstica por produtos estrangeiros deram em 2010 impulso ao fluxo de cargas pelo maior porto do Brasil, fazendo com que o volume operado pelos terminais portuários da Santos Brasil chegasse a **938.924** contêineres, aumento de expressivos **30,2%** em relação ao ano anterior. O crescimento da movimentação dos contêineres cheios chegou a **32,2%** no período, desempenho influenciado principalmente pelo forte fluxo de cargas importadas. Desta forma, o ano de 2010 consolidou um novo patamar de volumes para a Companhia e aumento do *market-share* no Porto de Santos.

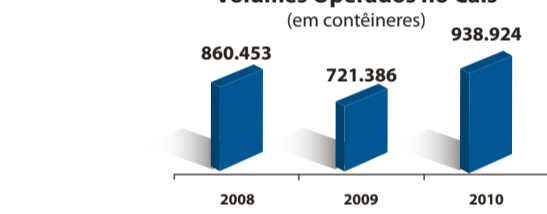
No Tecon Santos os volumes operados mensalmente a partir de maio/2010 foram maiores que aqueles registrados em 2008. Em outubro/2010 foi registrado o recorde de movimentação no terminal com 148 mil TEUs operados no mês.

O *mix* de contêineres cheio-vazio registrou **79% de cheios** no acumulado do ano, acima dos 78% apresentado em 2009. Este incremento foi essencialmente devido ao aumento do fluxo de contêineres cheios de importação que cresceu 49% no período e das exportações que cresceu 18%.

Os crescimentos registrados por unidade de negócios foram de **30,3%** no Tecon Santos, **23,5%** no Tecon Imbituba e **29,3%** no Tecon Vila do Conde.

O volume na operação de armazenagem apresentou crescimento de **53,1%** no ano de 2010 quando comparado a 2009, devido: (i) ao aumento do fluxo de cargas importadas pelo Tecon Santos; e (ii) ao sucesso da estratégia comercial para as operações no Porto de Santos, que possibilitou o aumento do *market-share* e da taxa de retenção de contêineres de importação desembarcados para armazenagem no Tecon Santos que passou de 47% em 2009 para **52%** em 2010.

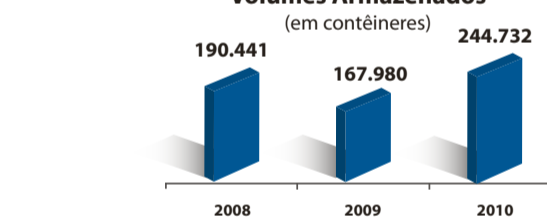
#### Volumes Operados no Cais (em contêineres)



#### LOGÍSTICA

Nas operações de armazenagem alfandegada a Santos Brasil Logística registrou crescimento de **27,4%** em relação a 2009 basicamente acompanhando o crescimento das importações no Porto de Santos. Em 2010 foi observado crescimento dos serviços de logística, com a integração das operações de transporte, CLIA (Centro Logístico e Industrial Aduaneiro) e centro de distribuição, permitindo oferecer pacotes de serviços inéditos e completos aos clientes.

#### Volumes Armazenados (em contêineres)



#### TERMINAL DE VEÍCULOS

O volume de veículos (leves e pesados) registrado no Terminal de Veículos em 2010 foi **72,5%** superior a 2009. O desempenho deste segmento de negócios foi principalmente influenciado pelo maior fluxo de importação de veículos em relação ao ano anterior.

#### RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

##### Receita Bruta dos Serviços

(R\$ milhões)	2010	2009	Var. (%)
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>	<b>787,2</b>	<b>595,2</b>	<b>32,3%</b>
Operações de cais	522,8	410,1	27,5%
Operações de armazenagem	264,4	185,1	42,8%
<b>LOGÍSTICA</b>	<b>165,5</b>	<b>132,7</b>	<b>24,7%</b>
<b>TERMINAL DE VEÍCULOS</b>	<b>30,6</b>	<b>15,8</b>	<b>93,7%</b>
<b>Consolidado</b>	<b>982,7</b>	<b>743,7</b>	<b>32,1%</b>

A **receita bruta consolidada** apresentou forte crescimento de **32,1%** em 2010.

##### TERMINAIS PORTUÁRIOS

Em 2010, a **receita bruta dos serviços de operação de cais** apresentou **27,5%** de aumento, acompanhando o forte crescimento dos volumes movimentados.

A **receita com operações de armazenagem** cresceu **42,8%** no período, beneficiado pelo crescimento de 49% nos contêineres cheios de importação.

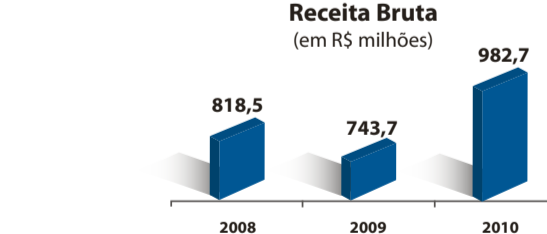
##### LOGÍSTICA

A **receita com operações de logística** apresentou crescimento no ano de **24,7%** em comparação a 2009, resultado do esforço comercial da Companhia para incrementar os serviços de logística integrada com o objetivo de atender principalmente os clientes que utilizam o porto.

##### TERMINAL DE VEÍCULOS

A **receita com o terminal de veículos - TEV** no Porto de Santos registrou alta de **93,7%** em 2010. O aumento no preço médio por unidade neste ano foi resultado de maior participação de veículos pesados exportados e importados, que cresceu mais que proporcionalmente o volume operado de veículos leves.

#### Receita Bruta (em R\$ milhões)



#### Receita Líquida dos Serviços

Em 2010 a **receita líquida consolidada** montou **R\$ 865,5 milhões** frente aos R\$ 660,8 milhões em 2009, crescimento de expressivos **31,0%**.

##### Custo dos Serviços Prestados (R\$ milhões)

	2010	2009	Var. (%)
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>			
Custos com Movimentação	122,9	97,7	25,8%
Custos com Pessoal	108,5	91,4	18,7%
Arrendamento e Infraestrutura	45,8	37,8	21,2%
Depreciação e Amortização	69,1	86,6	-20,2%
Outros Custos	45,1	34,8	29,6%
<b>Total</b>	<b>391,4</b>	<b>348,3</b>	<b>12,4%</b>
<b>LOGÍSTICA</b>			
Combustíveis e Fretes	31,9	23,1	38,1%
Custos com Pessoal	32,2	27,8	15,8%
Depreciação e Amortização	4,1	5,6	-26,8%
Outros Custos	36,9	28,5	29,5%
<b>Total</b>	<b>105,1</b>	<b>85,0</b>	<b>23,6%</b>

\* Até 2009 as operações do Terminal de Veículos eram contabilizadas na Santos-Brasil S.A. (Tecon Santos).

O **custo dos serviços prestados** totalizou **R\$ 517,8 milhões** no ano de 2010, um aumento de **19,6%** em relação ao registrado no ano anterior. Este aumento deve-se principalmente aos custos variáveis que acompanharam o forte crescimento do volume operado.

##### TERMINAIS PORTUÁRIOS

Custos com *Movimentação (mão de obra avulsa, taxa canal-TUP e outros custos variáveis)*: o crescimento de **25,8%** em relação a 2009 foi resultado da evolução da movimentação de contêineres nas operações de cais.

Custos com *Pessoal*: apresentaram aumento de **18,7%** no ano, devido: (i) ao aumento no valor de R\$ 6,4 milhões nos gastos com o Plano de Participação nos Resultados - PPR; (ii) reajuste salarial de 4,36% no ano conforme acordo coletivo de fevereiro/2010; e (iii) pagamento de horas-extras para funcionários das áreas operacionais em detrimento do regime de banco de horas em vigor até janeiro/2010. Durante o ano foi necessário novas contratações de pessoal em função do aumento na demanda.

*Arrendamento e Infraestrutura*: o aumento de R\$ 8,0 milhões em 2010 foi essencialmente resultado da mudança da quantidade de movimentação mínima no Tecon Imbituba. Conforme já divulgado pela Companhia, o Tecon Imbituba tem o compromisso de uma movimentação mínima pelo terminal de 65.000 contêineres no 1º ano de atividade, 150.000 no 2º, 280.000 no 3º e de 360.000 a partir do 4º ano de atividade, sendo que o início do contrato ocorreu em abril de 2008.

*Depreciação e Amortização*: para fins de convergência às normas contábeis internacionais (IFRS), desde o 2º T10 a Companhia atendeu aos requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado que dispõe sobre o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e a reavaliação das vidas úteis para fins de **depreciação** e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos. Assim, a partir de janeiro de 2010, os bens da Companhia alguns depreciados aceleradamente (5 anos), passaram a ser depreciados de acordo com a determinação de nova vida útil econômica, a qual foi estendida. Desta forma, o **custo de depreciação e amortização** apresentou redução em **R\$ 17,5 milhões** em 2010.

*Outros Custos*: os outros custos registraram aumento de **29,6%** no ano de 2010 impactado pelo aumento de serviços de apoio à operação contratados com o crescimento do volume.

##### LOGÍSTICA

*Combustíveis e Fretes*: evoluíram em **38,1%** em 2010 frente a 2009, devido principalmente: (i) ao aumento da movimentação das operações de armazenagem de cargas e da prestação de serviços de transporte e distribuição; (ii) ao reajuste de 10% nos custos cobrados por terceiros com a prestação de serviços de transporte rodoviário.

*Custos com Pessoal*: registrou crescimento de **15,8%** na comparação anual resultado do aumento no quadro de funcionários em 2010 para atender maior demanda e do reajuste de salários conforme dissídio coletivo da categoria.

*Outros Custos*: aumento devido à provisão de despesa, não recorrente, com o reparo do armazém de cargas da Santos Brasil Logística, no montante de R\$ 5,9 milhões, em razão de um incêndio ocorrido em outubro de 2010.

##### Receitas ou Despesas Operacionais (R\$ milhões)

	2010	2009	Var. (%)
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>			
Vendas	13,2	10,5	25,7%
Gerais e Administrativas	40,3	39,6	1,8%
<b>Total</b>	<b>53,5</b>	<b>50,1</b>	<b>6,8%</b>
<b>LOGÍSTICA</b>			
Vendas	10,0	7,3	37,0%
Gerais e Administrativas	10,6	10,5	1,0%
<b>Total</b>	<b>20,6</b>	<b>17,8</b>	<b>15,7%</b>

##### TERMINAL DE VEÍCULOS

Vendas - - - - -  
Gerais e Administrativas - - - - -  
**Total** - - - - -

##### CORPORATIVO

Gerais e Administrativas - - - - -  
Amortização de ágio - - - - -  
**Total** - - - - -

**Consolidado** - - - - -

As **despesas operacionais consolidadas** totalizaram **R\$ 138,1 milhões** em 2010, um aumento de **16,4%** em relação ao registrado em 2009 devido basicamente a valores investidos com a realização de estudos e levantamentos para a elaboração de projeto de implantação do Complexo Portuário Barnabé-Bages, no valor total de R\$ 12,1 milhões, destinado a promover o aproveitamento do potencial portuário da margem esquerda na área continental de Santos, com o amparo de estudos de viabilidade econômica, estudos de impacto ambiental e estudo técnico, com vistas à ampliação do Porto de Santos. O projeto foi apresentado pela Companhia à CODESP (Companhia Docas do Estado de São Paulo) e está aguardando o processo de escolha a ser efetuado pela mesma, que conferirá ao projeto escolhido o direito de reassarmento dos gastos efetuados, sujeitos à análise e aprovação da referida entidade. A Companhia optou pela provisão da baixa deste ativo intangível até que seja definida a escolha do projeto.

*Despesas de Vendas*: esta despesa apresentou aumento de **25,7%** acompanhando o crescimento do volume de contêineres armazenados no ano.

*Despesas Gerais e Administrativas*: apresentaram aumento de **1,8%** em 2010 devido basicamente ao aumento no valor de R\$ 0,4 milhões nos gastos com o Plano de Participação nos Resultados - PPR.

##### LOGÍSTICA

*Despesas de Vendas*: o crescimento de **37,0%** acompanhou a evolução dos serviços de armazenagem nas unidades retroportuárias da Santos Brasil Logística no Porto de Santos.

##### EBITDA e Margem EBITDA (R\$ milhões)

	2010	Margem (%)	2009	Margem (%)	Var. (%)
Terminais Portuários	324,1	46,4%	236,6	43,2%	37,0%
Logística	20,3	14,3%	17,1	15,0%	18,7%
Terminal de Veículos*	12,9	49,9%	-	-	-
Corporativo	(47,3)	-	(33,9)	-	-
<b>Consolidado</b>	<b>310,1</b>	<b>35,8%</b>	<b>219,8</b>	<b>33,3%</b>	<b>41,1%</b>

\* Até 2009 as operações do Terminal de Veículos eram contabilizadas na Santos-Brasil S.A. (Tecon Santos).

##### TERMINAIS PORTUÁRIOS

O **EBITDA de 2010** montou **R\$ 310,1 milhões**, com **margem EBITDA de 35,8%** e crescimento de **41,1%** na comparação com o ano anterior, resultado: (i) do aumento no volume movimentado nas operações portuárias com forte demanda doméstica por produtos importados; (ii) de maior economias de escala no Tecon Santos e; (iii) maior quantidade de cargas armazenadas que possuem margem de contribuição superior às operações de cais.

Cabe ressaltar que em função da adoção do IFRS pela Companhia, foi necessária a reclassificação contábil do Plano de Participação nos Resultados - PPR que deixou de ser tratado como distribuição de lucro e passou a ser contabilizado como custo e despesa operacional. O valor global do PPR em 2010 foi de R\$ 10,1 milhões e em 2009 foi de R\$ 5,2 milhões.

O **EBITDA Consolidado recorrente** foi de **R\$ 328,1 milhões**, excluindo as despesas não-recorrentes com o projeto do Barnabé-Bages e o incêndio no armazém da Santos Brasil Logística.

No Tecon Santos o **EBITDA** montou **R\$ 339,0 milhões** com **margem de 51,1%** no ano, o Tecon Imbituba ainda em fase de maturação, fechou 2010 com **EBITDA** negativo de **R\$ 14,8 milhões**. Já o Tecon Vila do Conde fechou o ano com **EBITDA** negativo de **R\$ 123 mil**.

##### LOGÍSTICA

O **EBITDA** da Santos Brasil Logística neste ano apresentou aumento de **18,7%** frente ao ano anterior, essencialmente devido: (i) ao incremento da movimentação de cargas de importação; (ii) efeitos gerados por economias de escala no terminais retroportuários; e (iii) gasto menor com PPR em relação a 2009. Cabe ressaltar que o 4T10, devido à acidente no armazém da unidade na cidade de Santos, houve provisão das despesas com manutenção no valor de R\$ 5,9 milhões.

##### TERMINAL DE VEÍCULOS

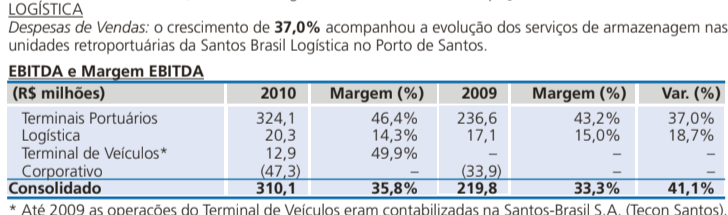
Vendas - - - - -  
Gerais e Administrativas - - - - -  
**Total** - - - - -

##### CORPORATIVO

Gerais e Administrativas - - - - -  
Amortização de ágio - - - - -  
**Total** - - - - -

**Consolidado** - - - - -

O **EBITDA** (em R\$ milhões) e **MARGEM EBITDA (%)**



#### Lucro/Prejuízo Líquido (R\$ milhões)

	2010	2009	Var. (%)
<b>EBITDA</b>	<b>310,1</b>	<b>219,8</b>	<b>41,1%</b>
Depreciação e Amortização	(100,5)	(110,4)	-10,0%
<b>EBIT</b>	<b>209,6</b>	<b>109,4</b>	<b>91,6%</b>
Resultado Financeiro	(3,1)	32,8	-
IRPJ/CSLL	(95,2)	(79,0)	20,5%
Não Controladores	0,8	2,0	-60,0%
<b>Lucro/Prejuízo do Período</b>	<b>112,0</b>	<b>65,1</b>	<b>72,0%</b>

O **Lucro Líquido** cresceu **72,0%** em 2010 ante 2009, registrando **R\$ 112,0 milhões**, influenciado positivamente pelo crescimento vigoroso das operações. Em 2010 o *bottom line* da Companhia foi impactado negativamente por itens não recorrentes contabilizados em 2010 (Projeto Barnabé-Bages e acidente no armazém da Santos Brasil Logística - conforme explicado acima, no valor de R\$ 18,0 milhões).

O crescimento do **IR/CSLL Consolidado** neste ano foi impactado pelo não aproveitamento fiscal do provisionamento da despesa com o Projeto Barnabé-Bages no montante de R\$ 12,1 milhões, que poderá ser revertido no futuro caso a CODESP escolha o projeto apresentado pela Santos Brasil.

#### DÍVIDA E DISPONIBILIDADE (R\$ milhões)

	Moeda	31/12/2010	31/12/2009	Var. (%)
Curto Prazo	Nacional	60,5	229,3	-73,6%
	Estrangeira *	101,7	73,9	37,6%
	Nacional	78,4	5,2	1407,7%
	Estrangeira *	225,7	332,9	-32,2%

**Endividamento Total** - - - - -  
**Disponibilidades** - - - - -  
**Dívida Líquida** - - - - -

\* considerando swap de indexadores *plain vanilla* das Cédulas de Créditos de Exportação (CCE).

A **Dívida Líquida** cresceu **11,0%** quando comparado a 31/12/2009.

O **Endividamento total** consolidado atingiu o montante de **R\$ 466,3 milhões** em 31 de dezembro de 2010, com redução de **27,3%** em relação ao saldo de R\$ 641,3 milhões registrado em 31 de dezembro de 2009, resultado essencialmente do pagamento das parcelas das Cédulas de Crédito de Exportação (CCE) e do principal e juros de Notas Promissórias.

A redução em R\$ 210,7 milhões nas **Disponibilidades** quando comparado as posições finais de 2010 e 2009 é consequência: (i) do pagamento da segunda parcela do contrato de arrendamento do Terminal de Veículos (TEV) no valor de R\$ 85,3 milhões; (ii) de investimentos em expansão operacional ocorridos principalmente no Tecon Imbituba, conforme demonstrado a seguir; e (iii) das atividades com empréstimos e financiamentos, principalmente o pagamento de parcelas das CCE e principal das Notas Promissórias.

#### INVESTIMENTOS (R\$ Milhões)

	2010	2009	Var. (%)
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>	<b>172,6</b>	<b>196,2</b>	<b>-12,0%</b>
Tecon Santos	32,8	80,5	-59,3%
Tecon Imbituba	137,9	103,4	33,4%
Tecon Vila do Conde	1,9	12,3	-84,6%
<b>LOGÍSTICA</b>	<b>22,6</b>	<b>8,6</b>	<b>162,8%</b>



## SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04

### Demonstrações de Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ações)

	Nota	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS		Resultado antes dos impostos	Nota	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
		2010	2009	2010	Reapresentado 2009			2010	Reapresentado 2009	2010	Reapresentado 2009
Receita	20	3.784	—	865.533	660.783		121.587	69.378	206.474	142.134	
Custo dos serviços prestados		(13.965)	—	(517.782)	(432.837)	24	—	—	(62.668)	(29.765)	
<b>Lucro (Prejuízo) bruto</b>		<b>(10.181)</b>	—	<b>347.751</b>	<b>227.946</b>	24	<b>(9.551)</b>	<b>(4.251)</b>	<b>(32.577)</b>	<b>(49.219)</b>	
<b>Receitas (despesas)</b>							<b>(9.551)</b>	<b>(4.251)</b>	<b>(95.245)</b>	<b>(78.984)</b>	
Vendas		(97)	—	(23.283)	(17.838)		112.036	65.127	111.229	63.150	
Administrativas		(12.310)	(10.795)	(85.253)	(87.102)						
Amortização de ágio		—	—	(16.126)	(15.648)						
Outras receitas		326	—	2.321	2.088		112.036	65.127	112.036	65.127	
Outras despesas	21	—	—	(15.779)	(84)		—	—	(807)	(1.977)	
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos</b>		<b>(22.262)</b>	<b>(10.795)</b>	<b>209.631</b>	<b>109.362</b>		<b>112.036</b>	<b>65.127</b>	<b>111.229</b>	<b>63.150</b>	
Receitas financeiras	22	87.208	28.689	123.803	96.331		0.17084	0.09931	0.17084	0.09931	
Despesas financeiras	22	(92.663)	(85.373)	(126.960)	(63.559)	25a	0.17084	0.09931	0.17084	0.09931	
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<b>(5.455)</b>	<b>(56.684)</b>	<b>(3.157)</b>	<b>32.772</b>		<b>0.16624</b>	<b>0.09686</b>	<b>0.16624</b>	<b>0.09686</b>	
Resultado de equivalência patrimonial	11	149.304	136.857	—	—		0.16624	0.09686	0.16624	0.09686	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de capital		Controladora - CPCs		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
		Capital social integralizado	Plano de opção de compra de ações	Legal	Investimento			
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2009</b>	18	1.042.070	15.520	28.923	3.603	36.144	—	1.126.260
Resultado do exercício		—	—	—	—	—	65.127	65.127
Plano de opção de compra de ações	23	—	5.083	—	—	—	—	5.083
Destinação do lucro:								
Reserva legal	19c	—	—	—	2.071	—	—	(2.071)
Dividendos intermediários distribuídos	19d	—	—	—	—	—	—	(31.480)
Reserva para investimento e expansão	19c	—	—	—	—	—	—	(31.576)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>		<b>1.042.070</b>	<b>20.603</b>	<b>28.923</b>	<b>5.674</b>	<b>31.576</b>	<b>112.036</b>	<b>1.164.990</b>
Resultado do exercício		—	—	—	—	—	—	112.036
Plano de opção de compra de ações	23	—	4.269	—	—	—	—	4.269
Destinação do lucro:								
Reserva legal	19c	—	—	—	5.602	—	—	(5.602)
Dividendos intermediários creditados	19d	—	—	—	—	—	—	(49.829)
Juros sobre capital próprio creditados	19d	—	—	—	—	—	—	(12.457)
Reserva para investimento e expansão	19c	—	—	—	—	21.286	—	(21.286)
Dividendo adicional proposto	19d	—	—	—	—	—	22.862	(22.862)
Variação na participação em Controladas		—	—	—	—	—	—	(4.548)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>		<b>1.042.070</b>	<b>24.872</b>	<b>24.375</b>	<b>11.276</b>	<b>89.006</b>	<b>22.862</b>	<b>1.214.461</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de capital		Consolidado - IFRS		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do Patrimônio atribuível aos controladores	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido
		Capital social integralizado	Plano de opção de compra de ações	Legal	Investimento					
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2009</b>	18	1.042.070	15.520	28.923	3.603	36.144	—	1.126.260	(99)	1.126.161
Resultado do exercício		—	—	—	—	—	65.127	65.127	(1.977)	63.150
Plano de opção de compra de ações	23	—	5.083	—	—	—	—	5.083	—	5.083
Destinação do lucro:										
Reserva legal	19c	—	—	—	2.071	—	—	(2.071)	—	—
Dividendos intermediários distribuídos	19d	—	—	—	—	—	—	(31.480)	—	(31.480)
Reserva para investimento e expansão	19c	—	—	—	—	—	—	(31.576)	—	—
Venda de participação de ações de minoritários		—	—	—	—	31.576	—	—	(2.639)	(2.639)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>		<b>1.042.070</b>	<b>20.603</b>	<b>28.923</b>	<b>5.674</b>	<b>67.720</b>	<b>112.036</b>	<b>1.164.990</b>	<b>(4.715)</b>	<b>1.160.275</b>
Resultado do exercício		—	—	—	—	—	—	—	—	112.036
Plano de opção de compra de ações	23	—	4.269	—	—	—	—	4.269	—	4.269
Destinação do lucro:										
Reserva legal	19c	—	—	—	5.602	—	—	(5.602)	—	—
Dividendos intermediários creditados	19d	—	—	—	—	—	—	(49.829)	—	(49.829)
Juros sobre capital próprio creditados	19d	—	—	—	—	—	—	(12.457)	—	(12.457)
Reserva para investimento e expansão	19c	—	—	—	—	21.286	—	(21.286)	—	—
Dividendo adicional proposto	19d	—	—	—	—	—	22.862	(22.862)	—	—
Variação na participação em Controladas		—	—	—	—	—	—	(4.548)	4.770	222
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>		<b>1.042.070</b>	<b>24.872</b>	<b>24.375</b>	<b>11.276</b>	<b>89.006</b>	<b>22.862</b>	<b>1.214.461</b>	<b>(752)</b>	<b>1.213.709</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS		Controladora - CPCs	Consolidado - IFRS	
	2010	Reapresentado 2009	2010	Reapresentado 2009		2010	Reapresentado 2009
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	121.587	69.378	206.474	142.134	121.587	69.378	206.474
<b>Resultado antes da tributação</b>	121.587	69.378	206.474	142.134	121.587	69.378	206.474
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:</b>							
Variações monetárias e cambiais	(23.129)	5.563	(24.122)	(42.627)	(23.129)	5.563	(24.122)
Depreciação e amortização	2.916	—	100.461	110.475	2.916	—	100.461
Provisão e baixa de projetos de investimentos inviabilizados (Reversão) constituição da provisão para contingências	—	—	12.730	—	—	—	12.730
Equivalência patrimonial	(149.304)	(136.857)	19.044	5.689	(149.304)	(136.857)	19.044
Plano de opção de compra de ações	4.269	5.083	4.269	5.083	4.269	5.083	4.269
Baixas e resultado na venda de ativos permanentes	—	—	2.687	(775)	—	—	2.687
Juros sobre debêntures	7.378	—	7.378	5.174	7.378	—	7.378
Juros sobre empréstimos apropriados	26.188	25.946	32.740	18.155	26.188	25.946	32.740
Juros sobre empréstimos capitalizados	—	—	—	—	—	—	—
Ganho/(perda) em operações com swap	8.768	—	6.339	—	8.768	—	6.339
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	204.643	134.268	—	—	204.643	134.268	—
Participação dos não controladores	—	—	222	—	—	—	222
Reversão de IRPJ e CSLL sobre precatórios	—	—	1.106	(1.178)	—	—	1.106
<b>Variáveis nos ativos e passivos (Aumento) diminuição dos ativos:</b>	<b>203.316</b>	<b>103.381</b>	<b>369.328</b>	<b>242.130</b>	<b>203.316</b>	<b>103.381</b>	<b>369.328</b>
Contas a receber	(808)	—	(16.605)	(8.693)	(808)	—	(16.605)
Estoques	—	—	(2.217)	(1.647)	—	—	(2.217)
Ativo fiscal corrente	(3.380)	3.876	(7.315)	7.681	(3.380)	3.876	(7.315)
Despesas pagas antecipadamente	55	(31)	(51)	414	55	(31)	(51)
Depósitos judiciais	—	—	(18.633)	(21.223)	—	—	(18.633)
Partes relacionadas	9.357	(11.923)	—	—	9.357	(11.923)	—
Outros ativos	(103)	(18)	6.173	1.047	(103)	(18)	6.173
<b>Aumentos (diminuição) dos passivos:</b>							
Fornecedores	5.526	6	(75.404)	(22.927)	5.526	6	(75.404)
Salários e obrigações sociais	57	—	11.001	(8.150)	57	—	11.001
Impostos, taxas e contribuições	(854)	(8.301)	412	(7.283)	(854)	(8.301)	412
Contas a pagar	—	—	(2.291)	(4.700)	—	—	(2.291)
Partes relacionadas	40.933	(304.216)	—	—	40.933	(304.216)	—
Outros passivos	84	—	3.065	(6.079)	84	—	3.065
Imposto de renda e contribuição social pagos	—	—	(60.097)	—	—	—	(60.097)
Imposto de renda na fonte sobre JCP recebidos	—	—	(3.969)	—	—	—	(3.969)
Juros pagos por debêntures, empréstimos e financiamentos	(62.755)	(4.555)	(70.024)	(21.758)	(62.755)	(4.555)	(70.024)
<b>Caixa líquido oriundo das (usado nas) atividades operacionais</b>	<b>191.428</b>	<b>(225.750)</b>	<b>137.342</b>	<b>118.718</b>	<b>191.428</b>	<b>(225.750)</b>	<b>137.342</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>							
Aquisição de imobilizado	(73.318)	—	(177.809)	(208.152)	(73.318)	—	(177.809)
Alienação de imobilizado	—	—	42.456	1.628	—	—	42.456
Aumento de investimento em controladas, líquido	(81.624)	(43.343)	—	—	(81.624)	(43.343)	—
Aumento do ativo intangível	—	—	(8.131)	(164.626)	—	—	(8.131)
<b>Caixa líquido (usado nas) atividades de investimentos</b>	<b>(154.942)</b>	<b>(43.343)</b>	<b>(143.484)</b>	<b>(371.150)</b>	<b>(154.942)</b>	<b>(43.343)</b>	<b>(143.484)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>							
Empréstimos tomados	98.376	450.000	131.108	533.529	98.376	450.000	131.108
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(228.734)	(4.771)	(282.805)	(112.614)	(228.734)	(4.771)	(282.805)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(52.811)	(17.998)	(52.811)	(17.998)	(52.811)	(17.998)	(52.811)
<b>Caixa líquido (usado nas) oriundos das atividades de financiamentos</b>	<b>(183.169)</b>	<b>427.231</b>	<b>(204.508)</b>	<b>402.917</b>	<b>(183.169)</b>	<b>427.231</b>	<b>(204.508)</b>
<b>Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(146.683)</b>	<b>158.205</b>	<b>(110.513)</b>	<b>158.205</b>	<b>(146.683)</b>	<b>158.205</b>	<b>(110.513)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	158.205	67	318.163	167.678	158.205	67	318.163
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>11.522</b>	<b>158.205</b>	<b>107.513</b>	<b>318.163</b>	<b>11.522</b>	<b>158.205</b>	<b>107.513</b>
<b>Transações das atividades de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa:</b>							
Capitalização de juros no imobilizado	14.521	—	14.542	18.508	14.521	—	14.542
Aquisição de imobilizado a prazo	—	—	12.513	—	—	—	12.513
Aquisição de investimento a prazo	—	—	—	85.287	—	—	85.287

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstrações dos Valores Adicionados - Exercícios findos em 31 de dezembro de

**SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009**

(Em milhares de Reais)

As instalações em exploração e os bens de propriedade da CDP, ora em utilização pela Convicon, deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento e software, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidos à CDP após o término ou a extinção do contrato.

A Convicon tem o compromisso contratual de pagar à CDP remuneração pela exploração do Convicon ao longo do período contratual (15 anos), em parcelas de aluguéis mensais acrescidas, em setembro de cada ano, pela reposição da inflação por meio do IGP-M.

**k. Termo de Permissão de Uso do Terminal de Exportação de Veículos - TEV**  
Em 13 de agosto de 2003, a controlada Santos-Brasil foi informada pela CODESP de que esta autoridade portuária havia autorizado, por meio de Termo de Permissão de Uso - TPU, a utilização, a título precário, da área denominada TEV - Terminal de Exportação de Veículos, para atender, prioritariamente, à movimentação de veículos.

A iniciativa da CODESP objetiva estruturar, no menor prazo possível, um novo terminal que pudesse atender a demanda prevista com o crescimento da exportação de veículos fabricados no Estado de São Paulo, evitando o desvio da mencionada produção para outros portos, o que representaria perdas para a economia regional e ônus desnecessários para as exportações brasileiras.

Em maio de 2009, a CODESP iniciou processo licitatório contemplado na Concorrência nº 06/2009 ("Licitação"), cujo objeto era o arrendamento da área de 164.961 m², aqui denominada TEV. A Licitação foi, nos termos do artigo 15, inciso II, da Lei nº 8.987/95, realizada na modalidade de maior lance. Da Licitação participou a controlada Union.

Em 3 de julho de 2009, a Administração da Companhia comunicou ao Mercado, que a Union recebeu da CODESP, a correspondência DC. 258/2009 (Convocação para celebração do Contrato de Arrendamento), na qual aquela foi informada do encerramento da Licitação e convocada para celebrar o Contrato de Arrendamento em conformidade com a Licitação. Dessa forma, a Union sagrou-se vencedora da Licitação, cujo objeto é o arrendamento da área de 164.961 m², situada em Conceiçãozinha, Guarujá, na margem esquerda do Porto de Santos.

O arrendamento tem prazo de 25 (vinte e cinco) anos, renovável, uma única vez, por igual período de tempo, e confere a vencedora o direito de operar o terminal de Veículos - TECON 2/TEV.

Em 8 de julho de 2009, após ser considerada vencedora do leilão, foi celebrado o Contrato de Arrendamento e a filial da controlada Union, no município do Guarujá, assumiu as operações do TEV em 4 de janeiro de 2010. A controlada Santos-Brasil, até então, como permissionária do TPU que regulamentou as operações do TEV foi ressarcida pelos valores dos investimentos que realizou, aceitos e aprovados pela CODESP, no montante de R\$41.230.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE foi notificado da operação, na forma da Lei, e não se manifestou em contrário.

**2. Base de preparação**  
**2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)**

As presentes demonstrações financeiras incluem:  
• As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Padronização Contábil (CPCs);

• As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com os CPCs;  
As demonstrações de resultados abrangentes individuais e consolidadas não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com os CPCs, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas na avaliação dos investimentos no qual as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial no CPCs, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras. Essas são as primeiras demonstrações consolidadas preparadas conforme as IFRS nas quais o CPC nº 37 foi aplicado.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2011.

**2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:  
• os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;  
• os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

**2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e moeda de apresentação. Todas as informações e períodos apresentados nessas demonstrações financeiras para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão incluídas na seguinte nota explicativa:  
• Nota nº 18 - Arrendamento - Consolidado.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:  
• Nota nº 24 - Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL);  
• Nota nº 17 - Provisão para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e depósitos judiciais - Consolidados.

**3. Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia e suas controladas, de maneira consistente, a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas IFRS e normas CPC, exceto nos casos indicados em contrário.

**a. Base de consolidação**

• **Combinações de negócios**  
Não houve aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data. Para aquisições efetuadas anteriormente a 1º de janeiro de 2009, como parte da transição para o IFRS e CPC, a Administração da Companhia optou por não representar as combinações de negócios. Com relação às aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009 o ágio representa o montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas. Este ágio foi testado quanto à redução de seu valor e recuperável na data de transição, conforme descrito na Nota Explicativa nº 13.

• **Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intragrupa, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupa, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, se houver, oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas controladas. Prejuízos não realizados, se houver, são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

• **Descrição dos principais procedimentos de consolidação:**

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das entidades controladas, direta e indiretamente;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

**b. Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada no momento em que os ativos e passivos monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

**c. Instrumentos financeiros**

• **Ativos financeiros não derivativos**  
A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.  
A Companhia e suas controladas devem reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expirar, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

**Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa, são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

**Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo valor recuperável através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes, outros créditos, partes relacionadas, precatórios, empréstimos e financiamentos, debêntures, entre outros.

• **Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

• **Capital social**

**Ações ordinárias e preferências**

Ações ordinárias e preferências são classificadas como patrimônio líquido. O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto e quando consignados ao final do exercício, são reconhecidos como passivo.

• **Instrumentos financeiros derivativos**

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Nossos controles não identificaram derivativos embutidos nas transações realizadas nos exercícios de 2010 e 2009.

**Investimentos**

Os investimentos em controladas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

**e. Imobilizado**

• **Reconhecimento e mensuração**  
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessária.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de custos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo na local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

• **Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

• **Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na Nota Explicativa nº 12.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**f. Ativos intangíveis**

**Ágio**

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis.

O ágio é medido pelo custo e amortizado pelo prazo da concessão. O ágio sem vida útil definida é testado e deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se necessário.

O ágio gerado nas aquisições de entidades que detêm direitos de exploração, são amortizados pelo prazo do contrato e não leva em consideração a renovação.

• **Concessões de serviços públicos**

As controladas da Companhia, Santos-Brasil, Tecon Imbituba, Union e Convicon, possuem concessões de serviços públicos decorrentes dos contratos de arrendamentos, conforme Notas Explicativas nº 1 e nº 13. Essas Companhias atuam sob regime de concessão, entretanto, suas atividades não se enquadram nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC nº 01 - Contratos de Concessão (*International Financial Reporting Interpretations Committee* IFRIC nº 12), em função do preço não ser regulamentado pelo poder concedente, dessa forma não foram efetuados ajustes ou reclassificações nas demonstrações financeiras da Companhia em decorrência desse pronunciamento.

• **Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

• **Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

• **Amortização**

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio sem vida útil definida, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na Nota Explicativa nº 13.

**g. Ativos arrendados**

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia e suas controladas assumem os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial.

**h. Benefícios a empregados**

**Transações de pagamentos baseados em ações**

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações é reconhecido na data de outorga, como despesa de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

**Benefícios de término de vínculo empregatício**

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando está comprovadamente comprometido, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras, então eles são descontados aos seus valores presentes.

**Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigação de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**Plano de contribuição definida**

A Companhia e suas controladas fornecem aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Brasilprev, conforme Nota Explicativa nº 6-d.

**i. Redução ao valor recuperável - Impairment**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio por expectativa de rentabilidade futura foi alocado à UGC do segmento de negócio logística, conforme Nota Explicativa nº 28. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 01 de janeiro de 2009.

**j. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**k. Receita**

A receita de serviços é reconhecida no resultado em função da sua prestação. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

**l. Pagamentos de arrendamentos**

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

**m. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos, e Pis e Cofins sobre os juros sobre o capital próprio. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

**n. Imposto de renda e contribuição social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

**7. Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Caixa e saldo em bancos	11.522	47	36
Aplicações financeiras		158.158	31
Caixa e equivalentes de caixa	<u>11.522</u>	<u>158.205</u>	<u>67</u>

	Taxas médias % CDI	
Natureza		

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Investimentos mantidos para negociação:			
CDB	101,60%		
Fundos de Investimento	102,44%		
Total			

	Taxas médias % CDI	
Natureza		

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Investimentos mantidos para negociação:			
CDB	101,01%		
Fundos de Investimento	103,76%		
Outras	-		
Total			

As taxas médias das aplicações, apresentadas acima, se referem às remunerações obtidas no período de janeiro a dezembro de 2010 e estão relacionadas à taxa do CDI. As aplicações em CDBs, embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada e fazem parte da gestão diária de caixa da Companhia, motivo pelo qual estão apresentadas no ativo circulante.

**o. Resultado por ação**

O resultado por ação básico



**SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009**

(Em milhares de Reais)

**8. Contas a receber de clientes**

	Controladora		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante:			
No País	3.758	-	-
Menos:			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(58)	-	-
Total	<u>3.700</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante:			
No País	69.024	52.657	43.384
Menos:			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(540)	(778)	(197)
Total	<u>68.484</u>	<u>51.879</u>	<u>43.187</u>

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	Controladora		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Créditos a vencer	2.167	-	-
Créditos em atraso até 60 dias	1.404	-	-
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	118	-	-
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	29	-	-
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	35	-	-
Total	<u>3.758</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Créditos a vencer	46.654	32.123	33.933
Créditos em atraso até 60 dias	17.788	18.216	6.637
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	1.191	613	784
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	1.892	176	686
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	452	261	285
Total	<u>69.024</u>	<u>52.657</u>	<u>43.384</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias, conforme base histórica de perda, que no consolidado totalizavam R\$3.391 em 31 de dezembro de 2010 (R\$1.705, em 31 de dezembro de 2009). Desse montante são excluídos: (i) os créditos em negociação, (ii) os créditos em discussão judicial relacionados aos Terminais Retroportuários Alfandegados (TRAs), conforme descrito na Nota Explicativa nº 17-a, e (iii) os depósitos não identificados, resultando assim, no valor final de R\$540 (R\$788 em 31 de dezembro de 2009). A baixa de créditos vencidos é efetuada conforme determina o art. 9º, § 1º, inciso II da Lei nº 9.430/96.

**9. Precatórios - Consolidado**

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
<b>Ativo</b>			
Precatórios a receber - valor presente	<u>3.413</u>	<u>6.708</u>	<u>9.480</u>
(-) Parcelas de curto prazo	(3.413)	(3.247)	(2.518)
Parcelas de longo prazo	-	3.461	6.962
<b>Passivo</b>			
Precatórios a pagar - valor presente	<u>1.457</u>	<u>2.910</u>	<u>4.336</u>
(-) Parcelas de curto prazo	(1.457)	(1.301)	(1.133)
Parcelas de longo prazo	-	1.609	3.203

A controlada Mesquita, em 1993, propôs ação de cobrança referente ao serviço prestado de armazenagem de mercadorias e não pagos pela Fazenda do Estado de São Paulo. Em 2001, a referida ação foi julgada procedente, transitada em julgado, para ser recebida em dez parcelas anuais, restando em 31 de dezembro de 2010, apenas uma parcela a ser recebida, corrigida conforme índice de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e reconhecidas no ato.

O contrato de aquisição da Mesquita prevê que os valores de precatórios recebidos deverão ser repassados aos antigos controladores, liquidados dos compromissos a eles associados, de honorários advocatícios, valores estes provisionados no passivo.

Em atendimento ao que determina o Pronunciamento Técnico CPC nº 12 - Ajuste a Valor Presente, aprovado pela Deliberação da CVM nº 564/08, os valores ativos e passivos foram ajustados a valor presente, com base na taxa de custo de capital da controlada Mesquita, pelo método do fluxo de caixa descontado.

**10. Ativo fiscal corrente**

	Controladora		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	4.691	6.243	6.774
Imposto de renda - IRPJ e Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	5.572	624	-
Outros	14	-	-
Total curto prazo	<u>10.277</u>	<u>6.867</u>	<u>6.774</u>
	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	5.560	6.951	8.372
Imposto de renda - IRPJ e Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	6.328	1.600	3.731
Crédito PIS/COFINS - antigos acionistas contra a Receita Federal do Brasil	3.485	-	-
Outros	926	432	592
Total curto prazo	<u>16.299</u>	<u>8.983</u>	<u>12.695</u>

A Companhia tinha registrado, em 31 de dezembro de 2010, créditos de IRRF no total de R\$4.691 (R\$6.243 em 31 de dezembro de 2009), créditos esses decorrentes, principalmente de aplicações financeiras. Os créditos consolidados de IRRF, no montante de R\$5.560, incluem, principalmente, os créditos da Companhia, de R\$4.691, e os créditos da controlada Santos-Brasil, no montante de R\$204. Os créditos consolidados de imposto de renda e contribuição social referem-se, principalmente, a Companhia, no montante de R\$5.572, e das controladas Nara Valley e Mesquita, nos montantes de R\$278 e R\$478, respectivamente, referentes aos pagamentos efetuados como antecipações nas apurações mensais do IRPJ e da CSLL do exercício anterior.

Os créditos de PIS e COFINS referem-se à controlada Mesquita, no montante de R\$3.485, referente ao processo contra a Receita Federal do Brasil movido pelos antigos acionistas, sendo que, conforme as compensações sejam feitas, a controlada deverá devolver os valores compensados.

**11. Investimentos - Controladora**

**a. Composição dos saldos**

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Participações em empresas controladas	<u>1.177.781</u>	<u>1.375.240</u>	<u>1.320.711</u>
Total	<u>1.177.781</u>	<u>1.375.240</u>	<u>1.320.711</u>

**b. Movimentação dos saldos - a partir de 1º de janeiro de 2009**

	Santos-Brasil S.A.	Santos Brasil Tecon S.A.	Tecon Imbituba S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Nara Valley Participações S.A.	Mesquita S.A. Transportes e Serviços	Tremarcos Participações S.A.	Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A.	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2009	1.052.567	-	131.180	-	20.170	104.322	12.472	-	1.320.711
Incorporação de ações	-	-	-	-	-	-	(31.152)	31.152	-
Aporte de capital	-	42	37.899	96	8.302	-	19.172	219.415	284.926
Redução de capital	(320.000)	-	-	-	-	-	-	-	(320.000)
Adiantamento p/futuro aumento capital	-	39	78.320	38	20	-	-	-	78.417
Equivalência patrimonial	155.922	(68)	(14.864)	(62)	(10.738)	7.341	(492)	(182)	136.857
Juros sobre capital próprio recebidos	(26.461)	-	-	-	-	-	-	-	(26.461)
Dividendos propostos	(99.144)	-	-	-	-	-	-	-	(99.144)
Provisão p/perda c/investimento	-	(1)	-	(65)	-	-	-	-	(66)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>762.884</u>	<u>12</u>	<u>232.535</u>	<u>7</u>	<u>17.754</u>	<u>111.663</u>	<u>-</u>	<u>250.385</u>	<u>1.375.240</u>
Aporte de capital	-	43	70.648	39	156	-	-	1.078	71.964
Adiantamento p/futuro aumento capital	-	(34)	(14.725)	(34)	(9.927)	15.185	-	3.776	149.304
Equivalência patrimonial	155.063	-	-	-	-	-	-	-	(105.500)
Dividendos intermediários	(105.500)	-	-	-	-	-	-	-	(105.500)
Dividendos obrigatórios mínimos	-	-	-	-	-	(112)	-	(625)	(737)
Varição na participação em controladas	-	-	-	-	(4.548)	-	-	-	(4.548)
Incorporação (d)	-	-	(288.458)	-	-	-	-	(38.542)	(327.000)
Liquidação (d)	-	(21)	-	-	-	-	-	-	(21)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>812.447</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12</u>	<u>22.514</u>	<u>126.736</u>	<u>-</u>	<u>216.072</u>	<u>1.177.781</u>

**c. Conciliação do patrimônio líquido das controladas: 31/12/2009**

	Santos-Brasil S.A.	Santos Brasil Tecon S.A.	Tecon Imbituba S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Nara Valley Participações S.A.	Mesquita S.A. Transportes e Serviços	Tremarcos Participações S.A.	Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A.	Total
Patrimônio líquido	757.102	-	232.535	7	17.754	111.663	-	250.385	1.320.711
Ajuste nas práticas contábeis (*)	5.782	-	-	-	-	-	-	-	5.782
Patrimônio líquido ajustado	<u>762.884</u>	<u>-</u>	<u>232.535</u>	<u>7</u>	<u>17.754</u>	<u>111.663</u>	<u>-</u>	<u>250.385</u>	<u>1.320.711</u>
	Santos-Brasil S.A.	Santos Brasil Tecon S.A.	Tecon Imbituba S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Nara Valley Participações S.A.	Mesquita S.A. Transportes e Serviços	Tremarcos Participações S.A.	Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A.	Total
Patrimônio líquido	806.665	-	-	12	22.514	126.736	-	216.072	1.177.781
Ajuste nas práticas contábeis (*)	5.782	-	-	-	-	-	-	-	5.782
Patrimônio líquido ajustado	<u>812.447</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12</u>	<u>22.514</u>	<u>126.736</u>	<u>-</u>	<u>216.072</u>	<u>1.177.781</u>

(\*) Ajuste nas práticas contábeis referente aos juros capitalizáveis da controladora na controlada.

**d. Informações das controladas - posição em 31 de dezembro de 2010**

	Santos-Brasil S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Nara Valley Participações S.A.	Mesquita S.A. Transportes e Serviços	Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A.
Capital social	627.714	97	53.357	126.374	13.852
Quantidade de ações possuídas					
Ordinárias	452.567.461	96.926	53.357.148	115.935.256	21.315.228
Preferenciais	203.208.988	(34)	-	115.935.255	-
Resultado do período	155.063	(34)	(9.927)	15.185	3.776
Patrimônio líquido	806.665	12	22.514	126.736	216.072
Participação no capital social	100%	100%	100%	100%	100%
Participação no patrimônio líquido	<u>806.665</u>	<u>12</u>	<u>22.514</u>	<u>126.736</u>	<u>216.072</u>
	Santos-Brasil S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Nara Valley Participações S.A.	Mesquita S.A. Transportes e Serviços	Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A.
Total do ativo	1.137.703	12	56.726	181.094	219.725
Total do passivo	331.038	-	34.964	54.358	3.653
Receita líquida	663.689	-	17.766	141.574	35.169
Lucro (prejuízo) do exercício	155.063	(34)	(9.927)	15.185	3.776

A data de encerramento social das controladas é a mesma da Controladora

**e. Acervo líquido de incorporação**

**e.1.** Em 31 de julho de 2010, a Companhia efetivou a incorporação de sua controlada Tecon Imbituba, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 26 de março de 2010, conforme reestruturação societária com o objetivo de maximizar a eficiência operacional, administrativa e financeira de suas operações. Os valores de ativos e passivos assumidos pela Companhia, em 31 de julho de 2010, decorrentes da incorporação estão demonstrados no quadro a seguir:

	243
Caixa e equivalentes de caixa	694
Contas a receber de clientes	30
Ativo fiscal corrente	66
Despesas pagas antecipadamente	1.033
<b>Ativo não circulante</b>	
Depósitos judiciais	6
Operações com Swap	12
Outros	6.061
Imobilizado	194.158
Intangível	110.864
<b>Total do ativo</b>	<u>312.134</u>
<b>Passivo circulante</b>	
Empréstimos e financiamentos	(3.832)
Fornecedores	(6.240)
Salários e obrigações sociais	(391)
Impostos, taxas e contribuições	(1.527)
Passivo fiscal diferido	(375)
Operações com Swap	(137)
Outras contas a pagar	(24)
<b>Total do passivo</b>	<u>(11.150)</u>
<b>Total do acervo líquido</b>	<u>288.458</u>

**e.2.** Em 13 de outubro de 2010, foi efetivada a liquidação da controlada Santos Brasil Tecon, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária nessa mesma data. Os valores de ativos e passivos transferidos para a Companhia, em 13 de outubro de 2010, decorrentes da liquidação estão demonstrados no quadro a seguir:

	21
Caixa e equivalentes de caixa	21
<b>Ativo não circulante</b>	
Outros	63
Imobilizado	3.533
Intangível	24.040
<b>Total do ativo</b>	<u>27.636</u>
<b>Passivo circulante</b>	
Fornecedores	(410)
Salários e obrigações sociais	(29)
Outras contas a pagar	(13)
<b>Total do passivo</b>	<u>(452)</u>
<b>Total do acervo líquido</b>	<u>38.542</u>

**e.3.** Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia efetivou a incorporação da parcela cindida de sua controlada Union, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 26 de março de 2010, conforme processo de reestruturação societária com o objetivo de maximizar a eficiência operacional, administrativa e financeira de suas operações. Os valores de ativos e passivos assumidos pela Companhia, em 31 de dezembro de 2010, decorrentes da incorporação estão demonstrados no quadro a seguir:

	9.156
Caixa e equivalentes de caixa	2.198
Contas a receber de clientes	4
Despesas pagas antecipadamente	11.358
<b>Ativo não circulante</b>	
Outros	63
Imobilizado	3.533
Intangível	24.040
<b>Total do ativo</b>	<u>27.636</u>
<b>Passivo circulante</b>	
Fornecedores	(410)
Salários e obrigações sociais	(29)
Outras contas a pagar	(13)
<b>Total do passivo</b>	<u>(452)</u>
<b>Total do acervo líquido</b>	<u>38.542</u>

(\*) Conforme Nota Explicativa nº 11.e.

	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Controladora Valor líquido	Baixas/Efeitos não monetários	Saldo final
Benefeitorias em imóveis de terceiros	5,78,6	19.226	1.098	18.128	-	18.128
Equipamentos de movimentação de carga	(a)	26.637	3.541	23.096	-	23.096
Imobilizações em andamento	-	242.735	-	242.735	-	242.735
Equipamentos de informática	20	400	131	269	-	269
Máquinas, equipamentos e acessórios	10	188	26	162	-	162
Veículos	20	91	43	48	-	48
Outros	10	16	3	13	-	13
Total		<u>289.474</u>	<u>4.855</u>	<u>284.619</u>	<u>-</u>	<u>284.619</u>

A movimentação do imobilizado, no período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial	Incorporação (*)	Adições	Depreciação	Consolidado Valor líquido	Baixas/Efeitos não monetários	Saldo final
Benefeitorias em imóveis de terceiros	-	18.486	15	373	18.128	-	18.128
Equipamentos de movimentação de carga (a)	-	23.560	796	464	23.096	-	23.096
Imobilizações em andamento (b)	-	154.966	87.796	-	242.735	(27)	242.735
Equipamentos de informática (c)	-	297	-	29	269	1	269
Máquinas, equipamentos e acessórios (c)	-	153	19	4	168	-	168
Instalações, móveis e utensílios (c)	-	160	8	6	162	-	162



## SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04



### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de Reais)

A movimentação do intangível, no período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009, está demonstrada no quadro a seguir:

Vida útil definida	Saldo inicial	Adições	Amortização	Baixas/ Efeitos não monetários	Saldo final
<b>Direitos de exploração (a)</b>					
Tecon 1 Santos	72.250	-	5.191	-	67.059
Tecon Imbituba	116.800	1.700	4.845	-	113.655
Terminal de Carga Geral Imbituba	5.768	1.215	297	-	6.686
TEV	-	223.493	-	-	223.493
<b>Ágios nas aquisições (b)</b>					
Ações da Santos-Brasil	155.278	-	11.158	-	144.120
Pará Empreendimentos	35.611	-	3.684	-	31.927
Union	9.247	10.102	440	(366)	18.543
<b>Softwares</b>					
Sistemas de processamento de dados	10.285	5.658	3.101	(851)	11.991
<b>Outros Intangíveis</b>					
Software	-	33	-	-	33
Em desenvolvimento	-	33	-	-	33
Subtotal	405.239	242.201	28.716	(1.217)	617.507
<b>Vida útil indefinida</b>					
<b>Ágios nas aquisições (c)</b>					
Mesquita	36.133	-	-	-	36.133
<b>Outros (d)</b>					
Projeto Barnabé-Bagres	3.695	7.712	-	-	11.407
Subtotal	39.828	7.712	-	-	47.540
Total	445.067	249.913	28.716	(1.217)	665.047

A movimentação do intangível, no período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, está demonstrada no quadro a seguir:

Vida útil definida	Saldo inicial	Adições	Amortização	Baixas/ Efeitos não monetários	Saldo final
<b>Direitos de exploração (a)</b>					
Tecon 1 Santos	67.059	-	5.192	-	61.867
Tecon Imbituba	113.655	-	4.869	-	108.786
Terminal de Carga Geral Imbituba	6.686	-	316	-	6.370
TEV	223.493	-	8.940	-	214.553
<b>Ágios nas aquisições (b)</b>					
Ações da Santos-Brasil	144.120	-	11.158	-	132.962
Pará Empreendimentos	31.927	-	4.089	-	27.838
Union	18.543	-	880	1	17.664
<b>Softwares</b>					
Sistemas de processamento de dados	11.991	1.718	3.609	375	10.475
<b>Outros Intangíveis</b>					
Software	33	5.665	-	-	5.698
Em desenvolvimento	33	5.665	-	-	5.698
Subtotal	617.507	7.383	39.053	376	586.213
<b>Vida útil indefinida</b>					
<b>Ágios nas aquisições (c)</b>					
Mesquita	36.133	-	-	(1)	36.132
<b>Outros (d)</b>					
Projeto Barnabé-Bagres	11.407	748	-	-	12.155
(-) Provisão baixa Projeto Barnabé-Bagres	-	-	-	(12.155)	(12.155)
Subtotal	47.540	748	-	(12.156)	36.132
Total	665.047	8.131	39.053	(11.780)	622.345

**a. Direitos de exploração**  
Os direitos de exploração se referem às parcelas que compuseram os valores pagos pela exploração comercial das instalações portuárias relacionadas, o Tecon 1 Santos, desde 29 de novembro de 1997 (Nota Explicativa nº 1-a), o Tecon Imbituba, desde 7 de abril de 2008 (Nota Explicativa nº 1-c) e o Terminal de Carga Geral Imbituba, desde 13 de fevereiro de 2006 (Nota Explicativa nº 1-d), sendo amortizados pelos prazos dos respectivos contratos de arrendamento, todos de 25 anos. Conforme Nota Explicativa nº 1-k, a controlada Union, foi declarada a vencedora da licitação do TEV e, no ato da assinatura do contrato, efetuou o pagamento inicial de R\$133.495, além dos custos com a licitação no montante de R\$4.711, e efetuou o pagamento final, em 4 de janeiro de 2010 no montante de R\$85.287, assumindo nessa mesma data as operações do TEV, mediante o Termo de Entrega e Recebimento da Área.

**b. Ágios nas aquisições - com vida útil definida**  
No exercício de 2006, antigos acionistas da controlada Santos-Brasil outorgaram opções de compra para suas ações, que foram exercidas por terceiros, com ágio de R\$321.264. No mesmo exercício, a controlada Santos-Brasil procedeu à incorporação reversa daquelas empresas adquirentes das opções de compra, incluindo o referido ágio. Esse ágio foi amortizado até 31 de dezembro de 2008 tendo como base o seu aproveitamento fiscal em 5 anos, nas regras legais aplicáveis. A partir de 1º de janeiro de 2009, segundo o OCPC 02 - Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008, esse ágio fundamentado por expectativa de rentabilidade futura durante o prazo do contrato de arrendamento do Tecon 1 Santos (Nota Explicativa nº 1-a) foi considerado com vida útil definida e sua amortização irá acompanhar o prazo residual desse contrato de arrendamento.

A aquisição da Convicon foi consumada em 9 de abril de 2008 - através da controlada Nara Valley -, pelo montante de R\$45.000, ajustado pelos procedimentos usuais aplicáveis neste tipo de aquisição, que comparado com a situação líquida patrimonial contábil na data de aquisição, gerou ágio no valor de R\$37.760. Esta transação se deu por meio da aquisição de 75% das ações ordinárias representativas do capital social da Pará Empreendimentos Financeiros S.A., que detém 100% das ações ordinárias representativas do capital social da Convicon.

O fundamento econômico do ágio na aquisição da Convicon é o de expectativa de rentabilidade futura durante o prazo de arrendamento do Terminal de Carga Geral de Vila do Conde (Nota Explicativa nº 1-e) e está sendo amortizado no prazo residual desse contrato.

A aquisição de 100% das ações ordinárias representativas do capital social da Union, arrendatária do Terminal de Carga Geral de Imbituba (Nota Explicativa nº 1-d) - através da controlada Tremarctos -, foi acordada pelo montante de R\$25.000, gerando ágio inicial no valor de R\$19.332. O fundamento econômico do ágio de aquisição da Union é o de expectativa de rentabilidade futura durante o prazo do contrato de arrendamento do terminal referido acima e está sendo amortizado no prazo residual desse contrato.

**c. Ágio nas aquisições - com vida útil indefinida**  
A aquisição da Mesquita (Nota Explicativa nº 1-b) foi consumada em 1º de novembro de 2007 - através da controlada Nova Logística que posteriormente foi objeto de incorporação reversa -, pelo montante de R\$95.000, que comparado com a situação líquida patrimonial contábil na data de aquisição, gerou ágio no valor de R\$44.242. O fundamento econômico do ágio de aquisição da Mesquita é o de expectativa de rentabilidade futura e, até 31 de dezembro de 2008, foi amortizado tendo como base o seu aproveitamento fiscal em 5 anos, nas regras legais aplicáveis. A partir de 1º de janeiro de 2009, sua amortização foi interrompida, tendo em vista que as operações relacionadas não possuem prazo definido. Todavia, a sua recuperação é testada anualmente e se necessária uma provisão é registrada. Para o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado ao segmento de negócio de logística - Mesquita, por corresponder ao nível mais baixo da unidade geradora de caixa. O ágio é monitorado para os propósitos da Administração interna, nunca acima dos segmentos operacionais da Companhia. Em 31 de dezembro de 2010 foi efetuado o teste de recuperação, considerando o orçamento anual para o exercício de 2011 e o planejamento de longo prazo até 2020, elaborados para a controlada Mesquita, a qual representa o segmento de negócios de logística, com as seguintes premissas mais relevantes:

- crescimento dos volumes de armazenagem alfandegada acompanhando o crescimento do mercado, até atingir a capacidade instalada;
- crescimento dos volumes no negócio de Centros de Distribuição e Transporte;
- crescimento dos volumes no negócio de Centros de Distribuição e Transporte, considerando o plano de abertura de novas unidades operacionais;
- política de preços com repasse da inflação dos custos, estimada na média de 3% ao ano;
- obtenção de ganhos de escala no crescimento dos custos fixos;

taxa nominal de desconto de 14,88%, aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) como fluxo de entrada de recursos e os investimentos no ativo fixo e no capital de giro como fluxos de saída de recursos;

na base de 31 de dezembro de 2010 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do ágio. O teste de recuperação comprovou o retorno econômico sobre os ativos operacionais incluindo o ágio.

**d. Outros - Projeto Barnabé-Bagres**  
Refere-se a valores gastos, pela controlada Santos-Brasil, com a realização de estudos e levantamentos para a elaboração de projeto de implantação do Complexo Portuário Barnabé-Bagres, destinado a promover o aproveitamento do potencial portuário da margem esquerda na área continental de Santos, com o amparo de estudos de viabilidade econômica, com vistas à ampliação do Porto de Santos. O projeto foi apresentado pela controlada Santos-Brasil e está aguardando o processo de autorização como fluxo de entrada de recursos e os investimentos no ativo fixo e no capital de giro como fluxos de saída de recursos;

Conforme previsto no Regulamento de Governança Corporativa - Nível 2 e no Estatuto Social da Companhia, na hipótese de alienação de controle, tanto o direito de venda conjunta, sendo assegurado tratamento igualitário aquele dado ao acionista controlador alienante, inclusive em relação ao preço pago por suas ações (tag along de 100%).

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social independentemente de decisão de Assembleia Geral, até o limite de 2.000.001.000 (dois bilhões e um mil) ações, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos títulos mobiliários. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não possuem dividendos assegurados.

**b. Reserva de capital**  
• Plano de opção de compra de ações  
Representados pelo registro contábil do plano de opção de compra de ações (Nota Explicativa nº 23), obedecendo ao que determina o Pronunciamento Técnico CPC nº 10 - Pagamentos Baseados em Ações, aprovado pela Deliberação CVM nº 562/08.

• Outras  
Na incorporação de ações, conforme Nota Explicativa nº 1, o valor do patrimônio líquido da Santos-Brasil, na data-base de 31 de dezembro de 2006, foi levado para a conta de capital social da Controladora, conforme previsto no Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações. O valor do lucro do exercício, no patrimônio líquido da Santos-Brasil, representado pelo resultado de suas operações, no período compreendido entre a referida data-base e a data da operação de incorporação, outubro de 2007, líquido das distribuições efetuadas aos acionistas, de R\$28.923, foi classificado neste grupo de Reserva de Capital.

Em 30 de abril de 2010, a Companhia realizou a compra da participação indireta de sua controlada Pará, por sua controlada direta Nara Valley, com variação de participação societária de 75% para 87,67%. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$ 4.548.

**c. Reserva de lucros**  
• Reserva Legal  
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

• Reserva para investimento e expansão  
Representada pelas propostas da Administração de retenção dos saldos remanescentes dos lucros líquidos do exercício e de exercícios anteriores, após as retenções previstas na legislação ou aprovadas pelos acionistas, para fazer face ao plano de investimentos de expansão em controladas, conforme Orçamentos da Companhia.

**d. Remuneração aos acionistas**  
São assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia. Segue a demonstração da remuneração aos acionistas referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010:

	%	31/12/2010
Lucro líquido do exercício		112.036
Constituição da reserva legal		(5.602)
<b>Lucro líquido ajustado (a)</b>		<b>106.434</b>
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	25,0%	<b>26.608</b>

**Remuneração aos acionistas**  
Dividendos intermediários, imputáveis aos dividendos mínimos obrigatórios, adiantados no decorrer do exercício de 2010 (b)  
Juros sobre o capital próprio, imputável aos dividendos mínimos obrigatórios, adiantados no decorrer do exercício de 2010 (c)  
Imposto de renda na fonte sobre os Juros sobre o Capital Próprio (d)

**Dividendos complementares propostos (e)**  
**Remuneração líquida aos acionistas (b + c + d + e)** 78,4%  
**Remuneração bruta aos acionistas (b + c + e)** 80,0%

Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio líquidos pagos e creditados por classe de ação foram:

	%	31/12/2010
Ações ordinárias		41.796
Ações preferenciais		18.769
Total		60.565
<b>Dividendos complementares propostos</b>		<b>22.862</b>
Quantidade de ações ordinárias		452.567.461
Valor unitário de dividendos complementares por ação		R\$0,034861762
Quantidade de ações preferenciais		203.208.988
Valor unitário de dividendos complementares por ação		R\$0,034861762
Retenção de lucros		21.286

**20. Receita Operacional**  
Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Receita bruta fiscal	4.344	-	982.655	743.723
Deduções da receita	-	-	(88.180)	(62.556)
Impostos sobre vendas	(415)	-	(28.942)	(20.384)
Outros	(145)	-	865.533	660.783
Total de receita contábil	3.784	-	-	-

**21. Outras despesas - Consolidado**

	31/12/2010	31/12/2009
Provisão baixa Projeto Barnabé-Bagres	12.155	-
Perda no reembolso de investimento - TEV	2.378	-
Outros	1.246	84
Total	15.779	84

A provisão de baixa do Projeto Barnabé-Bagres foi realizada conforme Nota Explicativa nº 13. O montante de R\$2.378 se refere à perda resultante da diferença entre os valores originais investidos no TEV e os valores ressarcidos pela CODESP, conforme Nota Explicativa nº 1-k.

**15. Debêntures**  
Em 8 de março de 2010, foi realizada Reunião do Conselho de Administração aprovando a celebração da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da Companhia, confirmada na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 22 de abril de 2010. Em 30 de abril de 2010, a Companhia emitiu 100 debêntures, totalizando R\$100.000, com prazo de vencimento em 30 de abril de 2013, remuneradas à taxa média da DI acrescida de 2,20% ao ano. A taxa efetiva da captação destes recursos, considerando os custos de captação no valor de R\$1.350, é de 15,0% a.a. As debêntures, totalmente colocadas, geraram encargos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$3.378, reconhecidos no resultado. Esta Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures tem cláusulas restritivas, apuradas anualmente, relativas à manutenção de certos índices financeiros, que estão sendo atendidos. O quadro a seguir explicita tais índices:

Contratos	Indicadores	Índice padrão
<b>Debêntures</b>	Relação da Dívida Líquida s/EBITDA	Menor ou igual a 3,00
	Relação do EBITDA s/Despesas Financeiras	Maior ou igual a 1,00

**16. Impostos parcelados - Consolidado**  
A controlada Mesquita apresentava débitos de impostos com pagamentos parcelados, conforme segue:

Curto prazo	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Longo prazo	4.948	5.359	953
Total	4.948	5.467	1.391

Do montante de R\$ 4.948 registrado no curto prazo, R\$4.836 referem-se a processos inscritos no Refis da Lei 11.947/09, cuja adesão ao programa ocorreu em novembro de 2009, tendo o seu deferimento em fevereiro de 2010.

**17. Provisão para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e depósitos judiciais - Consolidado**  
A Companhia e suas controladas estão expostas a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis, que estão provisionadas nas demonstrações financeiras, em virtude de serem considerados como de chance de êxito remota na defesa dos mesmos, ou pela sua importância na situação patrimonial da Companhia. Os processos provisionados foram considerados adequados pela Administração com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a natureza dos processos e a experiência histórica. Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial eram:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
COFINS	-	-	6.639
PIS	-	-	1.022
Processo CADE - Multa (a)	1.521	934	934
Processo CADE - Faturamento TRA (a)	74.318	57.681	44.806
Provisão Trabalhista (b)	7.118	5.810	5.335
Provisão Processo Codesp	971	757	757
Provisão Processo FAP (c)	1.857	-	-
Outros Processos (d)	1.585	3.144	3.144
Total	87.370	68.326	62.637

Os valores depositados judicialmente relativos às contingências em discussão eram:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
COFINS	-	-	6.350
PIS	-	-	1.022
Processo CADE - Multa (a)	1.521	934	934
Processo CADE - Faturamento TRA (a)	69.721	55.626	42.276
Provisão Trabalhista (b)	3.065	1.581	612
Provisão Processo Codesp	971	757	757
Outros Processos (d)	1.444	1.172	1.172
Total	76.222	60.070	53.123

**(a)** Os provisionamentos relacionados ao CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica referem-se ao processo que tramitou naquele órgão sobre acusação de possíveis condutas infringentes à ordem econômica, envolvendo várias empresas exploradoras de cais arrendado ou por administração privada, inclusive a controlada Santos-Brasil.

A questão debatida referia-se à legalidade da cobrança feita aos Terminais Retroportuários Alfandegados (TRAs) pelos serviços de segregação e entrega de contêineres. Esse processo foi julgado e a Companhia foi condenada: (i) a multa pecuniária e (ii) a interromper a cobrança feita aos TRAs. A controlada Santos-Brasil ingressou com medida judicial e obteve liminar para retomar com a cobrança mediante depósito judicial integral dos valores cobrados e depósito do valor integral da multa pecuniária aplicada pelo CADE, o que foi feito, resultando em depósitos judiciais nos valores de R\$59.565 e R\$934, respectivamente.

A controlada Santos-Brasil ingressou com duas outras medidas judiciais para sustentar a exigibilidade dos tributos decorrentes do faturamento depositado em Juízo, em uma ação na Justiça Federal, que engloba o PIS e a COFINS, e a outra tramita na Comarca do Guarujá, que engloba o ISSQN, com valores totais já depositados de R\$56.609.

**(b)** O valor da provisão trabalhista, líquido do depósito judicial a ela relacionado, é composto por R\$6.017, da controlada Santos-Brasil, e por R\$1.101, da controlada Mesquita.

**(c)** O provisionamento refere-se à impugnação administrativa perante o INSS face à nova sistemática de cálculo da contribuição previdenciária, baseada na criação de índice multiplicador denominado FAP - Fator Acidentário de Prevenção, calculado principalmente com base no número de acidentes do trabalho ocorridos nas empresas e afastamentos de funcionários, em comparação às empresas que exercem a mesma atividade econômica (CNAE), o qual resultou no aumento de 72% do último valor pago por sua controlada Santos-Brasil. Diante da manutenção da cobrança, foi ajuizado Mandado de Segurança, cuja liminar foi concedida para afastar a exigibilidade do crédito até julgamento da Impugnação para as controladas Santos-Brasil, Mesquita, Convicon e Union. O INSS julgou improvidas todas as impugnações, tendo sido apresentado recurso ao Ministério da Previdência Social.

**(d)** Referem-se, basicamente, a um processo de denúncia espontânea de multa sobre tributos federais da controlada Convicon, no montante de R\$1.444, com cobertura depósito judicial.

**(e)** O depósito judicial classificado como Outros, relacionado à Controladora, se refere a depósito judicial trabalhista, no montante de R\$5. Os depósitos judiciais classificados como Outros, relacionados à controlada Santos-Brasil, estão compostos por: (i) depósito referente ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos exercícios de 1999 a 2003, no montante de R\$1.109 e R\$6.925, respectivamente, cujas provisões foram estornadas; (ii) questionamento da PMF sobre a transferência dos empréstimos no processo de incorporação, no valor de R\$1.831; (iii) depósito referente a tributos federais que impediam a emissão da Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, no valor de R\$8.433; (iv) depósito de INSS e de IR sobre o Plano de Demissão Voluntária (PDV) e do Fundo de Natureza não Salarial do Sindicato dos Estivadores de Santos, São Vicente (SINDESTIVA), Guarujá e Cubatão, no valor de R\$1.685 e (v) outros depósitos na esfera Tributária e Civil, no valor de R\$5.146. Os depósitos judiciais classificados como Outros, relacionados à controlada Mesquita, se referem, basicamente, a execuções fiscais de tributos federais que impediam a obtenção da Certidão Negativa da Dívida Ativa, no montante de R\$9.428.

Para os processos referentes à controlada Mesquita, mencionados em (b) e (d), cuja origem tenha sido anterior à data de sua aquisição, conforme determinação contratual, serão de responsabilidade dos seus antigos acionistas. Assim, um montante equivalente foi reconhecido no ativo não circulante, como contas a pagar de antigos acionistas - Mesquita.

A movimentação das provisões para contingências, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial	Adição à provisão	Utilização	Reversão	Saldo final
Processo CADE - multa	934	587	-	-	1.521
Processo CADE - faturamento TRA	57.681	16.669	-	32	74.318
Provisão trabalhista	5.810	1.907	-	599	7.118
Provisão processo Codesp	757	214	-	-	971
Provisão Fator Acíd. de Prev. - FAP	-	1.857	-	-	1.857
Out					





## SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de Reais)

Os vencimentos do Swap ocorrem simultaneamente com os vencimentos do financiamento CCE sem nenhum tipo de Swap com opção embutida, "gatilho".

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimentos (pagamentos)	Custo	Valor justo	Banco BTG Pactual (*)		
Swap de variação cambial + cupom - CDI	7.731	Fev/11	Associado a variação cambial	(6.892)	(8.023)	(1.214)	–	Ponta ativa Variação cambial + cupom cambial	Ponta passiva 100% CDI

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimentos (pagamentos)	Custo	Valor justo	Banco Itaú (*)		
Swap de variação cambial + cupom - CDI	112.870	Dez/11	Associado a variação cambial	–	(7.476)	(8.457)	–	Ponta ativa Variação cambial + cupom cambial	Ponta passiva 100% CDI

(\*) Efetuada tendo como objeto a operação de hedge.  
Os vencimentos do Swap ocorrem simultaneamente com os vencimentos das parcelas de principal e/ou juros dos financiamentos.

**b.2 - Instrumentos financeiros "não derivativos"**

Considerando como base as projeções de taxas de juros e moedas da BM&F e Bloomberg, foi elaborado o modelo de precificação, aplicado individualmente a cada transação.

**Empréstimos, Financiamentos e Debêntures** - Foram considerados os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais e projeções de moedas e taxas de juros da BM&F e Bloomberg, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas nas mesmas fontes citadas, a BM&F e Bloomberg, não foram considerados o risco de crédito próprio, bem como eventual spread bancário por serem considerados irrelevantes.

Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto referente à data de vencimento da parcela, obtido na curva de juros de mercado em reais.

**Aplicações financeiras** - As aplicações financeiras em Fundos de Investimento e CDB's, estão sendo apresentadas pelo seu valor justo dada a classificação de valor justo através do resultado, conforme demonstrado anteriormente.

Em 31 de dezembro de 2010, os valores de mercado dos instrumentos financeiros "não derivativos" obtidos através da metodologia acima, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

	Controladora	
	31/12/2010	Valor de Mercado
<b>Passivo</b>	<b>Saldo Contábil</b>	<b>Valor de Mercado</b>
Cédulas de crédito à exportação-CCE	220.098	234.631
Debêntures	101.017	103.144
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	12.198	13.662
Total	<u>333.313</u>	<u>351.437</u>
	<b>Consolidado</b>	<b>Valor de Mercado</b>
	<b>Saldo Contábil</b>	<b>Valor de Mercado</b>
CDB	24.947	24.947
Fundo de investimento	65.753	65.753
Total	<u>90.700</u>	<u>90.700</u>

	Controladora	
	31/12/2010	Valor de Mercado
<b>Passivo</b>	<b>Saldo Contábil</b>	<b>Valor de Mercado</b>
Cédulas de crédito à exportação-CCE	220.098	234.631
Debêntures	101.017	103.144
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	110.827	143.295
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	34.322	32.561
Total	<u>466.264</u>	<u>481.070</u>

**c. Ativos e passivos em moeda estrangeira - Consolidado**

Havia somente saldos de passivos denominados em moeda estrangeira, como segue:

	Valor (em R\$)		Moeda
	31/12/2010	01/01/2009	
Natureza do saldo			
Financiamento Darby Brazil Mezzanine Holdings LLC	303	426	US\$
Financiamento Finimp	80.754	91.947	US\$
Financiamento Finimp	25.002	73.151	€
Supplier Credit	4.458	–	€
Leasing	310	647	US\$
Total	<u>110.827</u>	<u>158.125</u>	

As tabelas abaixo apresentam instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

	Controladora			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Derivativos de Passivos financeiros</b>				
Swap-CCE	–	11.600	–	11.600
Swap-BTG Pactual	–	(203)	–	(203)
Swap-Itaú	–	(5.988)	–	(5.988)
Total	–	10.489	–	10.489
		<b>Consolidado</b>		
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Total</b>
Swap-CCE	–	11.600	–	11.600
Swap-BTG Pactual	–	(1.214)	–	(1.214)
Swap-Itaú	–	(8.457)	–	(8.457)
Total	–	11.929	–	11.929

Não houve transferência de ativos ou passivos entre os níveis da hierarquia de valor justo para o período findo em 31 de dezembro de 2010. Os instrumentos financeiros não derivativos classificados com valor justo através do resultado possuem basicamente hierarquia nível 2.

**e. Risco de crédito**

As políticas de risco fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco). A provisão para créditos de liquidação duvidosa consolidada, em 31 de dezembro de 2010, era de R\$540, representando 0,78% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2009, esta provisão era de R\$778, equivalentes a 1,48%.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

**f. Risco de liquidez**

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Empresa é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa no conceito de *Ebtida* e sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

Vide informações quantitativas na Nota Explicativa nº 14, relacionada a Empréstimos e Financiamentos.

**g. Risco de mercado**

Nossas políticas de gestão de riscos de mercado incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que estamos sujeitos.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o Dólar norte-americano e o Euro que encerraram o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 com desvalorização em relação ao Real de 3,13% e 12,26%, respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2009.

A empresa mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Companhia. Adicionalmente também são analisados quaisquer outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra os mesmos.

A empresa utiliza instrumentos financeiros para proteção das oscilações de passivos de curto prazo denominados em moeda estrangeira relativos a Empréstimos e Financiamentos, tais operações não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculados. Dentre as operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

**h. Análise de sensibilidade**

**Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira**

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira e a Administração considera os mesmos como os únicos instrumentos financeiros que podem oferecer riscos relevantes de cobertura.

No quadro a seguir foram considerados três cenários de risco para os indexadores de moedas desses passivos financeiros, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia e suas controladas. Além desse cenário a CVM através da Instrução nº 475 determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis do risco consideradas, para os quais tomou-se como base 31 de dezembro de 2010.

Operação	Controladora - Saldos patrimoniais			
	Risco	Cenário provável I	Cenário II	Cenário III
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	US\$/Euro	13.846	17.307	20.769
CCE/Swap	US\$	202.216	252.770	303.324
Swap BTG Pactual (ganho)	US\$/CDI	188	(113)	(415)
Swap Itaú (ganho)	US\$/CDI	4.556	(5.039)	(14.635)
Swap Itaú 2º semestre (ganho)	US\$/CDI	757	(8.307)	(17.372)
<b>Taxas</b>				
US\$		1,67	2,08	2,50
Euro		2,23	2,79	3,34
		<b>Consolidado - Saldos patrimoniais</b>		
	<b>Risco</b>	<b>Cenário provável I</b>	<b>Cenário II</b>	<b>Cenário III</b>
Empréstimos e financiamentos	US\$/Euro	112.476	140.594	168.713
CCE/Swap	US\$	202.216	252.770	303.324
Swap BTG Pactual (ganho)	US\$/CDI	1.131	(681)	(2.493)
Swap Itaú (ganho)	US\$/CDI	6.320	(6.991)	(20.303)
Swap Itaú (ganho)	US\$/CDI	1.156	(12.688)	(26.533)
<b>Taxas</b>				
US\$		1,67	2,08	2,50
Euro		2,23	2,79	3,34

A Administração não considerou como variáveis de risco as taxas de juros, entendendo que as mesmas não têm tendência em apresentar oscilações relevantes.

**27. Seguros**

Em 31 de dezembro de 2010, as seguintes apólices de seguros estavam vigentes:

	Controladora		
	Coberturas	Moeda	Vencimento
<b>FILIAL - TECON IMBITUBA</b>			
<b>Seguro de Operador Portuário - SOP</b>			
Responsabilidade Civil	20.000	US\$	Jan/2011
Bens Móveis e Imóveis	10.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil - Danos Morais	1.000	US\$	Jan/2011
<b>Perda de Receita por Bloqueio de Berço e Canal</b>	600	US\$	Jan/2011
		<b>Consolidado</b>	
	<b>Coberturas</b>	<b>Moeda</b>	<b>Vencimento</b>
Responsabilidade Civil	20.000	US\$	Jan/2011
Bens Móveis e Imóveis	10.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil - Danos Morais	1.000	US\$	Jan/2011
<b>Perda de Receita por Bloqueio de Berço e Canal</b>	600	US\$	Jan/2011

	Controladora		
	Coberturas	Moeda	Vencimento
<b>FILIAL - TECON IMBITUBA</b>			
<b>Seguro de Operador Portuário - SOP</b>			
Responsabilidade Civil	20.000	US\$	Jan/2011
Bens Móveis e Imóveis	10.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil - Danos Morais	1.000	US\$	Jan/2011
<b>Perda de Receita por Bloqueio de Berço e Canal</b>	600	US\$	Jan/2011

	Controladora		
	Coberturas	Moeda	Vencimento
<b>FILIAL - TECON IMBITUBA</b>			
<b>Seguro de Operador Portuário - SOP</b>			
Responsabilidade Civil	20.000	US\$	Jan/2011
Bens Móveis e Imóveis	10.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil - Danos Morais	1.000	US\$	Jan/2011
<b>Perda de Receita por Bloqueio de Berço e Canal</b>	600	US\$	Jan/2011

	Controladora		
	Coberturas	Moeda	Vencimento
<b>FILIAL - TECON IMBITUBA</b>			
<b>Seguro de Operador Portuário - SOP</b>			
Responsabilidade Civil	20.000	US\$	Jan/2011
Bens Móveis e Imóveis	10.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil - Danos Morais	1.000	US\$	Jan/2011
<b>Perda de Receita por Bloqueio de Berço e Canal</b>	600	US\$	Jan/2011

	Controladora		
	Coberturas	Moeda	Vencimento
<b>FILIAL - TECON IMBITUBA</b>			
<b>Seguro de Operador Portuário - SOP</b>			
Responsabilidade Civil	20.000	US\$	Jan/2011
Bens Móveis e Imóveis	10.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil - Danos Morais	1.000	US\$	Jan/2011
<b>Perda de Receita por Bloqueio de Berço e Canal</b>	600	US\$	Jan/2011

	Controladora		
	Coberturas	Moeda	Vencimento
<b>FILIAL - TECON IMBITUBA</b>			
<b>Seguro de Operador Portuário - SOP</b>			
Responsabilidade Civil	20.000	US\$	Jan/2011
Bens Móveis e Imóveis	10.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil - Danos Morais	1.000	US\$	Jan/2011
<b>Perda de Receita por Bloqueio de Berço e Canal</b>	600	US\$	Jan/2011

	Controladora		
	Coberturas	Moeda	Vencimento
<b>FILIAL - TECON IMBITUBA</b>			
<b>Seguro de Operador Portuário - SOP</b>			
Responsabilidade Civil	20.000	US\$	Jan/2011
Bens Móveis e Imóveis	10.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil - Danos Morais	1.000	US\$	Jan/2011
<b>Perda de Receita por Bloqueio de Berço e Canal</b>	600	US\$	Jan/2011

	Controladora		
	Coberturas	Moeda	Vencimento
<b>FILIAL - TECON IMBITUBA</b>			
<b>Seguro de Operador Portuário - SOP</b>			
Responsabilidade Civil	20.000	US\$	Jan/2011
Bens Móveis e Imóveis	10.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil - Danos Morais	1.000	US\$	Jan/2011
<b>Perda de Receita por Bloqueio de Berço e Canal</b>	600	US\$	Jan/2011

	Controladora		
	Coberturas	Moeda	Vencimento
<b>FILIAL - TECON IMBITUBA</b>			
<b>Seguro de Operador Portuário - SOP</b>			
Responsabilidade Civil	20.000	US\$	Jan/2011
Bens Móveis e Imóveis	10.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil - Danos Morais	1.000	US\$	Jan/2011
<b>Perda de Receita por Bloqueio de Berço e Canal</b>	600	US\$	Jan/2011

	Controladora		
	Coberturas	Moeda	Vencimento
<b>FILIAL - TECON IMBITUBA</b>			
<b>Seguro de Operador Portuário - SOP</b>			
Responsabilidade Civil	20.000	US\$	Jan/2011
Bens Móveis e Imóveis	10.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil - Danos Morais	1.000	US\$	Jan/2011
<b>Perda de Receita por Bloqueio de Berço e Canal</b>	600	US\$	Jan/2011

	Controladora		
	Coberturas	Moeda	Vencimento
<b>FILIAL - TECON IMBITUBA</b>			
<b>Seguro de Operador Portuário - SOP</b>			
Responsabilidade Civil	20.000	US\$	Jan/2011
Bens Móveis e Imóveis	10.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US\$	Jan/2011
Responsabilidade Civil - Danos Morais	1.000	US\$	Jan/2011
<b>Perda de Receita por Bloqueio de Berço e Canal</b>	600	US\$	Jan/2011

	Controladora		
	Coberturas	Moeda	Vencimento
<b>FILIAL - TECON IMBITUBA</b>			
<b>Seguro de Operador Portuário - SOP</b>			
Responsabilidade Civil	20.000	US\$	Jan/2011
Bens Móveis e Imóveis	10.000	US\$	



SANTOS BRASIL



SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de Reais)

Conciliação entre o patrimônio líquido e o resultado do período elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS.

Em atendimento ao item 6.2 do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa - Nível 2 da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, a Companhia apresentava em nota explicativa, desde 2008, a conciliação entre as normas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS. Entretanto, conforme mencionado, essa apresentação não significava a adoção integral das IFRS. Assim essa divulgação não mais está sendo apresentada.

29.1 Transição das políticas contábeis

Demonstração dos ajustes efetuados nos saldos patrimoniais de 31 de dezembro de 2009:

	Controladora 31/12/2009			Consolidado 31/12/2009		
	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas
<b>Ativo</b>						
Investimentos	1.351.534	23.706	1.375.240	-	-	-
Imobilizado	-	-	-	883.797	35.918	919.715
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.351.534</b>	<b>23.706</b>	<b>1.375.240</b>	<b>883.797</b>	<b>35.918</b>	<b>919.715</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.351.534</b>	<b>23.706</b>	<b>1.375.240</b>	<b>883.797</b>	<b>35.918</b>	<b>919.715</b>
	Controladora 31/12/2009			Consolidado 31/12/2009		
	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas
<b>Passivo</b>						
Passivo fiscal diferido	-	-	-	25.514	12.212	37.726
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>25.514</b>	<b>12.212</b>	<b>37.726</b>
<b>Patrimônio líquido</b>						
Reservas de lucros	49.688	23.706	73.394	49.688	23.706	73.394
<b>Patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>	<b>49.688</b>	<b>23.706</b>	<b>73.394</b>	<b>49.688</b>	<b>23.706</b>	<b>73.394</b>
<b>Total patrimônio líquido</b>	<b>49.688</b>	<b>23.706</b>	<b>73.394</b>	<b>49.688</b>	<b>23.706</b>	<b>73.394</b>
<b>Total Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>49.688</b>	<b>23.706</b>	<b>73.394</b>	<b>75.202</b>	<b>35.918</b>	<b>111.120</b>

**Composição dos ajustes**  
Capitalização dos custos de empréstimos  
Depreciação do ajuste acima sobre o imobilizado  
Efeito IRPJ/CSLL Diferidos - RTT

Ajuste líquido

	Controladora 31/12/2009			Consolidado 31/12/2009		
	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas
<b>Demonstração dos ajustes efetuados no resultado do exercício de 2009:</b>						
Custo dos serviços prestados	-	-	-	(432.406)	(431)	(432.837)
Receitas financeiras	-	-	-	74.994	21.337	96.331
Despesas financeiras	-	-	-	(78.571)	15.012	(63.559)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.577)</b>	<b>36.349</b>	<b>32.772</b>
Resultado de equivalência patrimonial	113.151	23.706	136.857	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-	-	-	(37.007)	(12.212)	(49.219)
<b>Resultado atribuível aos:</b>						
Acionistas controladores	41.421	23.706	65.127	41.421	23.706	65.127
<b>Resultado do exercício</b>	<b>41.421</b>	<b>23.706</b>	<b>65.127</b>	<b>41.421</b>	<b>23.706</b>	<b>65.127</b>

No balanço de adoção aos IFRS, em 1º de janeiro de 2009, foram aplicadas exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retroativa dos IFRS, conforme Pronunciamento Técnico CPC nº 37, e estão apresentadas a seguir:

a. Combinações de negócios

A Administração da Companhia decidiu não reavaliar as combinações de negócios ocorridas antes de 1º de janeiro de 2009 mantendo-se os mesmos procedimentos de avaliação, mensuração previstos nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

b. Adoção do valor justo como custo atribuído para os ativos fixos

A Administração da Companhia e de suas controladas optaram por não atribuir valor ao valor residual contábil de seus ativos fixos (tangíveis e intangíveis) para deixá-los próximos ao valor justo ("deemed cost"), uma vez que entenderam que seus valores líquidos em 1º de janeiro de 2009 não divergiam significativamente dos valores que seriam obtidos caso fossem apresentados a valor justo, pelas razões descritas a seguir.

Conforme Nota Explicativa nº 12, em 1º de janeiro de 2009, o valor líquido do imobilizado estava representado em 91% pelos grupos (i) benfeitorias em imóveis de terceiros, com representação de 20%, (ii) equipamentos de movimentação de carga de 20%, (iii) imobilizações em andamento de 44%, e (iv) terrenos e imóveis de 7%.

Dos valores das benfeitorias em imóveis de terceiros, na data acima, 99% estavam relacionadas aos contratos de arrendamento do Tecon Santos, Tecon Imbituba e Tecon Vila do Conde. Conceitualmente, os valores contábeis dessas benfeitorias já representam os valores justos.

Os equipamentos de movimentação de carga têm histórico de aquisição recente, pois a partir do exercício social de 2006 foi intensificado o programa de expansão e atualização tecnológica do Tecon Santos, visando o atendimento ao crescimento do mercado e a maior eficiência nas suas operações, com a aquisição de guindastes tipo pórtico de última geração ("Twin Pick") para as operações no cais e de guindastes sobre rodas ("Rubber Tyre Gantry - RTG") para as operações no pátio de armazenagem. No exercício de 2008, o Tecon Imbituba e o Tecon Vila do Conde foram incluídos, com a aquisição de guindastes tipo "Mobile Harbour Crane - MHC". O valor líquido contábil desses bens, em 1º de janeiro de 2009, era de R\$107.960, representando cerca de 71% do total do grupo de equipamentos de movimentação de carga. Esse plano de expansão e atualização tecnológica está em andamento, também com a substituição dos equipamentos de menor eficiência, elevando a representação citada acima, para cerca de 82% em 31 de dezembro de 2010. Cumpre, também, ressaltar, que os equipamentos empregados nas nossas atividades portuárias, principalmente os guindastes tipo pórtico, são equipamentos de grande porte fabricados sob encomenda para as

características das nossas operações.

As imobilizações em andamento têm como característica própria deste grupo, a representação por aquisições de bens e serviços recentes para a formação de ativo para entrada futura em operação e, portanto, os seus valores contábeis podem ser considerados como atualizados a valor de mercado.

Dos valores dos terrenos e imóveis, 87% estavam relacionados ao valor de aquisição da controlada Mesquita, em 31 de outubro de 2007. Na formação do preço da aquisição do controle, os terrenos e imóveis foram avaliados a preço de mercado, conforme laudos técnicos apresentados.

c. Classificação dos instrumentos financeiros previamente reconhecidos

A Administração da Companhia optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros, de acordo com o CPC nº 38 e CPC nº 39, em 1º de janeiro de 2009, não efetuando análises retrospectivas considerando a data de contratação dos respectivos instrumentos. No entanto, ao utilizar tal opção, não houve nenhuma mudança na classificação e mensuração dos instrumentos financeiros previamente reconhecidos de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

d. Pagamento baseado em ações

A Companhia não possui pagamentos baseados em ações concedidos antes de 7 de novembro de 2002 cujo exercício tenha ocorrido antes de 1º de janeiro de 2005. As demais isenções opcionais, quais sejam, contratos de seguro, leasings, concessões e capitalização de juros sobre empréstimos, não foram utilizadas.

e. Reclassificações

Visando adequar a forma de apresentação:

- (i) as aplicações financeiras que antes eram apresentadas individualmente estão reclassificadas para caixa e equivalentes de caixa;
- (ii) o imposto de renda e contribuição social diferidos que antes eram apresentados no passivo circulante, ambos foram reclassificados para o não circulante;
- (iii) os depósitos judiciais que antes eram apresentados no passivo não circulante foram reclassificados para o ativo não circulante;
- (iv) as provisões de férias e gratificação a funcionários que antes eram apresentadas na conta de provisões foram reclassificadas para a conta de salários e obrigações sociais.

Exceções mandatórias quanto à aplicação retrospectiva das IFRS

As seguintes proibições quanto à aplicação retrospectiva das IFRS foram observadas pela Companhia e suas controladas.

a. Instrumentos financeiros não derivativos previamente baixados

Não houve reconhecimento de instrumentos financeiros não derivativos previamente baixados em 1º de janeiro de 2009.

b. Estimativas

A Companhia não efetuou nenhum ajuste nas estimativas utilizadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

29.2 Transição das políticas contábeis - efeitos nas informações trimestrais

	Controladora			
	31/03/2009	30/06/2009	30/09/2009	31/12/2009
Resultado de equivalência patrimonial	3.888	15.222	21.574	23.706
<b>Efeito dos ajustes no resultado e patrimônio líquido</b>	<b>3.888</b>	<b>15.222</b>	<b>21.574</b>	<b>23.706</b>

	Consolidado			
	31/03/2009	30/06/2009	30/09/2009	31/12/2009
Capitalização dos custos de empréstimos	582	5.208	12.181	15.012
Efeito IRPJ/CSLL Diferidos - RTT	(198)	(1.771)	(4.142)	(5.104)
<b>Ajuste líquido</b>	<b>384</b>	<b>3.437</b>	<b>8.039</b>	<b>9.908</b>
Exclusão da capitalização de variação cambial ativa	3.278	17.885	20.716	21.337
Depreciação do ajuste acima sobre o imobilizado	-	(29)	(207)	(431)
Efeito IRPJ/CSLL Diferidos - RTT	(1.114)	(6.071)	(6.973)	(7.108)
<b>Ajuste líquido</b>	<b>2.164</b>	<b>11.785</b>	<b>13.536</b>	<b>13.798</b>
<b>Efeito dos ajustes no resultado e patrimônio líquido</b>	<b>2.548</b>	<b>15.222</b>	<b>21.575</b>	<b>23.706</b>

	Controladora			
	31/03/2010	30/06/2010	30/09/2010	31/12/2010
Resultado de equivalência patrimonial	(351)	(704)	(1.056)	(1.409)
Capitalização dos custos de empréstimos	3.610	7.221	10.831	14.441
Efeito IRPJ/CSLL Diferidos - RTT	(1.227)	(2.454)	(3.682)	(4.910)
<b>Efeito dos ajustes no resultado e patrimônio líquido</b>	<b>2.032</b>	<b>4.063</b>	<b>6.093</b>	<b>8.122</b>

	Consolidado			
	31/03/2010	30/06/2010	30/09/2010	31/12/2010
Capitalização dos custos de empréstimos	3.610	7.221	10.831	14.441
Depreciação do ajuste acima sobre o imobilizado	(121)	(242)	(353)	(484)
Efeito IRPJ/CSLL Diferidos - RTT	(1.185)	(2.372)	(3.568)	(4.745)
<b>Ajuste líquido</b>	<b>2.304</b>	<b>4.607</b>	<b>6.910</b>	<b>9.212</b>
Depreciação sobre a exclusão da capitalização de 2009	(413)	(826)	(1.239)	(1.652)
Efeito IRPJ/CSLL Diferidos - RTT	140	281	421	562
<b>Ajuste líquido</b>	<b>(273)</b>	<b>(545)</b>	<b>(818)</b>	<b>(1.090)</b>
<b>Efeito dos ajustes no resultado e patrimônio líquido</b>	<b>2.031</b>	<b>4.062</b>	<b>6.092</b>	<b>8.122</b>

Resumo acumulado dos ajustes no patrimônio líquido

Ajuste totais nos exercícios	31/12/2009	31/12/2010
Ajuste acumulado no patrimônio líquido	23.706	8.122
	23.706	31.828

30. Explicação dos principais efeitos de adoção de novas normas no BRGAAP

A Companhia adotou as normas do CPC descritas a seguir, no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, inclusive para o período comparativo de 31 de dezembro de 2009 e no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. A aplicação destas normas ("novas normas") não impactou nos montantes anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras individuais da Companhia.

Normas CPC adotadas no exercício de 2010.

CPC 16 - Estoques; CPC 18 - Investimento em Coligada e em Controlada; CPC 20 - Custos de Empréstimos; CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8); CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; CPC 27 - Ativo Imobilizado; CPC 30 - Receitas; CPC 32 - Tributos sobre o Lucro; CPC 33 - Benefícios a Empregados; CPC 36 - Demonstrações Consolidadas; CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; CPC 38 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração; CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 41 - Resultado por Ação; CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 ao 43; ICPC 01 - Contratos de Concessão; ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil; ICPC 04 - Alcançe do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações; ICPC 05 - CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações - Transações de Ações do Grupo e em Tesouraria; ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos; ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial; ICPC 10 - Esclarecimentos sobre o Pronunciamento Técnico CPC 27 e 28.

Conselho de Administração

ARTHUR JOAQUIM DE CARVALHO (Presidente)  
RICHARD KLIEN (Vice-Presidente)  
VERÔNICA VALENTE DANTAS

MARIA AMALIA DELFIM DE MELO COUTRIM  
JOSÉ RAUL SANT'ANNA  
ANDREAS KLIEN

ALCIDES LOPES TÁPIAS (Independente)  
HANS JURGEN FRIEDRICH PETERS (Independente)  
WALLIM CRUZ DE VASCONCELLOS JUNIOR (Independente)

Suplentes

EDUARDO PENIDO MONTEIRO  
NORBERTO AGUIAR TOMAZ

ITAMAR BENIGNO FILHO  
GUIDO VINCI

Diretoria

ANTÔNIO CARLOS DUARTE SEPÚLVEDA  
Diretor-Presidente

CAIO MARCELO MOREL CORREA  
Diretor de Operações

MAURO SANTOS SALGADO  
Diretor Administrativo

Conselho Fiscal

GILBERTO BRAGA (Presidente)  
ANTONIO CARLOS PINTO DE AZEREDO

EDUARDO GRANDE BITTENCOURT

Suplentes

MARCELLO MARTINS RODRIGUES

ANDRÉ GUSMÃO CARNEIRO PINTO

MAURO ORMEU CARDOSO AMORELLI

ARTUR CARLOS DAS NEVES

LUIZ CARLOS QUENE - TC/CRC 1SP192166/O-6

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Santos Brasil Participações S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/1976, examinou o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras, o orçamento de capital e o demonstrativo dos órgãos da administração para a destinação do resultado, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representante da Companhia e tendo em conta, ainda, o parecer dos auditores externos, KPMG Auditores Independentes, datado de 31 de janeiro de 2011, o CONSELHO FISCAL, por unanimidade, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apresentados à Assembléia Geral de Acionistas para deliberação.

São Paulo, 31 de janeiro de 2011

Gilberto Braga  
Presidente do Conselho Fiscal

Leonardo Guimarães Pinto  
Membro do Conselho Fiscal

Antonio Carlos Pinto de Azeredo  
Membro do Conselho Fiscal

Eduardo Grande Bittencourt  
Membro do Conselho Fiscal

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros e Acionistas da Santos Brasil Participações S.A. São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Santos Brasil Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santos Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Santos Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais

de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 31 de janeiro de 2011



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin  
Contador CRC 1SP142133/O-7